**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE PAULISTA DE DIREITO**

Ana Carolina Estevão

O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE VIDA

**SÃO PAULO
2013**

Ana Carolina Estevão

O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE VIDA

Trabalho de Monografia Jurídica apresentado no Curso de Pós Graduação, como parte dos requisitos para obtenção do título de especialista em Direito Constitucional, sob orientação do Professor-Orientador Luis Eduardo Patrone Regules.

São Paulo – SP
Junho de 2013

*Dedico o presente trabalho àqueles a quem
infelizmente não foram conferidas as condições para
que pudessem desenvolver, durante suas vidas, os
projetos que lhes são caros.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial a Oziel, Elena, Thiago, Vitória e Amâncio (*in memoriam*), pelos ensinamentos, carinho e apoio de sempre, sem os quais o meu completo desenvolvimento como pessoa nunca teria sido possível.

Sou grata ainda ao Rodrigo, pelo companheirismo e por compartilhar comigo os projetos para as nossas vidas.

Por fim, deixo meu agradecimento aos amigos da saudosa turma B, que tornaram muito mais agradáveis as segundas e quartas-feiras de 2010 e 2011, pela oportunidade de partilhar ideias, angústias, risadas, pizzas, e agora também este trabalho.

“Ora, fomos feitos para procurar a felicidade. E está claro que os sentimentos de amor, afeto, intimidade e compaixão trazem a felicidade. Creio que cada um de nós dispõe da base para ser feliz, para ter acesso aos estados mentais de amor e compaixão que produzem a felicidade.”

(Dalai Lama)

RESUMO

O presente trabalho visa tratar de tema já muito debatido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e em algumas jurisdições da América Latina, tais como Peru e Argentina, mas muito pouco explorado pelos juristas e julgadores brasileiros.

O direito ao desenvolvimento de um projeto de vida congrega, como se verá, todas as liberdades individuais, representando, sem dúvida, uma das acepções do tão discutido princípio da dignidade da pessoa humana.

Serão analisadas as diversas decisões proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos que, desde a década de 90 reconhece a existência desse direito, por vezes determinando sua reparação pelos Estados denunciados pela comissão, por meios outros que não os meramente pecuniários.

Por fim, demonstraremos os questionamentos inerentes ao chamado dano ao projeto de vida ou dano existencial, cuja natureza e possibilidade de reparação ainda são controvertidas.

ABSTRACT

This paper aims to explore a highly debated topic at Inter-American Court of Human Rights and in some jurisdictions of Latin America, for instance Peru and Argentina, but very little explored by Brazilian lawyers and judges.

The right to develop a life project gathers all the individual freedoms, representing, undoubtedly, one of the main senses of the widespread principle of human dignity.

We will analyze various decisions of the Inter-American Court of Human Rights, which, since the 90's recognizes the existence of that right, sometimes determining its repair by the States reported by the commission, by other means than just money.

Finally, we will demonstrate the questions inherent to the damage to the life project or existencial damage, which nature and possible repair are still controversial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – CONCEITO DE DIREITO AO DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE VIDA ..	9
1.1. DIREITO AO DESENVOLVIMENTO	9
1.2. BASES FILOSÓFICAS DO PROJETO DE VIDA	10
1.3. MARCOS LEGAIS DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE VIDA	12
CAPÍTULO 2 – LIBERDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE VIDA.....	20
2.1. SOBRE A LIBERDADE.....	20
2.2. DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE	21
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DE DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	25
CAPÍTULO 4 – DANO AO PROJETO DE VIDA.....	41
4.1. CONCEITO DE DANO EXISTENCIAL	41
4.2. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE O TEMA	44
4.3. RECONHECIMENTO DE DANO EXISTENCIAL PELOS DEMAIS TRIBUNAIS PÁTRIOS	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
BIBLIOGRAFIA	50

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa tratar de tema ainda muito pouco explorado pelos juristas e julgadores brasileiros, mas que é de extrema importância e tem sido amplamente discutido nas cortes internacionais: o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida.

Segundo dados do IBGE, no Brasil há 16,2 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza. Isso significa que 8,5% da população possui renda mensal de R\$70,00¹.

É impensável que esta parcela da população tenha condições de desenvolver qualquer tipo de projeto de vida, já que lhe falta o básico: comida, saúde, moradia e educação.

O Estado tem, assim, o dever de garantir o acesso da população ao que é básico para possibilitar, ao menos, que cada indivíduo possa nutrir um projeto de vida e, assim, contribuir com o desenvolvimento da nação que habita.

O direito ao desenvolvimento possui duas acepções distintas, quais sejam (i) o desenvolvimento de uma nação e da sociedade como um todo, que se relaciona de forma clara com a efetividade dos direitos sociais, ou de segunda geração; e (ii) o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo, que se relaciona ao aumento das liberdades individuais, que integram a primeira geração de direitos fundamentais.

Neste trabalho, analisaremos o direito ao desenvolvimento sob a segunda perspectiva, na qual se insere o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida. Embora ambos os conceitos estejam intimamente ligados, e o desenvolvimento de cada indivíduo também seja, a nosso ver, condição necessária para que determinada nação possa ser tida como verdadeiramente desenvolvida, a análise do direito ao desenvolvimento sob o enfoque dos direitos sociais, econômicos e culturais será eventualmente realizada em trabalho complementar a este, a ser elaborado em momento oportuno, seguindo uma linha de pesquisa distinta.

O que se pretende demonstrar aqui é que o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida é um dos vértices mais concretos do princípio da dignidade da pessoa humana, este sim, muito discutido no Brasil, infelizmente de forma muito abstrata, o que, sem dúvidas, reduz sua aplicabilidade.

¹ Censo Demográfico 2010. <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000408.pdf>. Acesso em 17.6.2012.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro abordaremos o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida, desde seu conceito e bases filosóficas até a sua importância e os marcos legais.

No segundo capítulo, baseado no livro do prêmio Nobel de Economia de 1998 Amartya Sen, intitulado “Desenvolvimento como liberdade”, demonstraremos a importância das liberdades individuais tanto para o desenvolvimento das nações como para o desenvolvimento de cada indivíduo.

No terceiro capítulo realizaremos a análise das diversas decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos que têm colaborado de forma substancial para a popularização do direito ao desenvolvimento de um projeto de vida.

Por fim, o quarto capítulo tratará do chamado dano existencial, cujo reconhecimento permite a reparação, nem sempre monetária, dos prejuízos experimentados por aqueles que veem interrompidos seus projetos de vida, citando alguns exemplos das decisões proferidas pelos tribunais pátrios sobre o tema.

Nosso objetivo é que, ao final, o leitor tome conhecimento deste importante direito fundamental, que é, a nosso ver, uma das mais concretas manifestações do princípio da dignidade da pessoa humana, não obstante seja ainda tão pouco estudado e aplicado no Brasil.

CAPÍTULO 1 – CONCEITO DE DIREITO AO DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE VIDA

1.1. DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

O Direito ao Desenvolvimento subdivide-se em dois direitos diversos. O primeiro é o desenvolvimento de um povo e de sua nação, enquanto o outro é o desenvolvimento de cada pessoa humana, por meio da realização de um projeto de vida.

Enquanto o desenvolvimento de um povo está substancialmente ligado aos direitos sociais, também conhecidos como de segunda geração, que englobam a educação, saúde, habitação, emprego e seguridade social, o desenvolvimento de cada indivíduo relaciona-se ao aumento das liberdades pessoais.

Neste trabalho, nos concentraremos na segunda acepção, qual seja o desenvolvimento de cada um dos indivíduos que compõem a sociedade. Não obstante isso, é fácil perceber que ambas as acepções estão intrinsecamente ligadas. Nesse sentido é a lição de Melina Giraldi Fachin²:

“Mister que o Estado Constitucional, mirado como um Estado promotor das necessidades da coletividade, esteja obrigado a este princípio em sua dúplice dimensão: em um primeiro plano de desenvolvimento estatal e comunitário, tanto no cenário interno quanto no internacional; e, em um segundo, na **dimensão individual de cada ser humano poder desenvolver amplamente suas potencialidades.**

(...)

Essas duas vertentes – extrínseca e intrínseca – do direito ao desenvolvimento, por óbvio, são uma via de mão dupla, já que **o desenvolvimento de uma sociedade depende dos desenvolvimentos individuais de seus sujeitos e vice-versa.**

A inclusão do direito ao desenvolvimento, nesta dúplice perspectiva acima apontada, no rol dos direitos fundamentais é um pequeno, porém importante passo no sentido de libertar os milhões de brasileiros mantidos em um cativeiro explícito ou implícito que nega o acesso aos processos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade.”

Assim, o pleno desenvolvimento do ser humano depende de que condições propícias sejam fornecidas pelo Estado, e, este último, para se desenvolver, fica também condicionado ao desenvolvimento dos indivíduos que o integram.

É nítido, portanto, que um Estado no qual os indivíduos podem desenvolver plenamente suas potencialidades tem chances muito maiores de ser economicamente

² FACHIN, Melina Giraldi. Direito Fundamental ao Desenvolvimento- Uma Possível Resignação entre a Constituição Brasileira e o Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos. *In* PIOVESAN, Flávia e SOARES, Inês Virgínia Prado. *Direito ao Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010. p. 196 e 197.

desenvolvido, muito embora seja possível encontrar alguns Estados ricos que não conferiram às pessoas condições efetivamente propícias ao seu desenvolvimento.

Essa obrigação do Estado pode ser vista, essencialmente, como o dever de conferir ao povo que o habita, uma vida digna. Com razão, portanto, sustenta Inês Virgínia Prado Soares³ que o direito ao desenvolvimento é um veículo para a efetividade da dignidade da pessoa humana:

“O direito ao desenvolvimento é um processo específico de desenvolvimento econômico, social e cultural que facilita e possibilita a realização de liberdades e direitos fundamentais e visa expandir capacidades e habilidades básicas das pessoas para que usufruam seus direitos e tenham acesso aos bens da vida. No entanto, **o desenvolvimento é não somente um direito: é um veículo para efetividade de dignidade da pessoa humana**, um instrumento de ligação intra e intergerações, o qual requer constante construção e manutenção das bases materiais para a vida com dignidade.

Como direitos humanos, o direito ao desenvolvimento se desenvolve num ambiente de respeito e promoção de liberdades e de oferta de oportunidades, no qual os instrumentos políticos, jurídicos, sociais, econômicos e culturais são utilizados com a **finalidade de garantir, a todas as pessoas e todos os povos, o amplo acesso aos bens e valores com repercussão econômica, os quais lhe garantam um patamar mínimo para sobrevivência digna, com alguma qualidade de vida.**”

Desta forma, o direito que os indivíduos têm de desenvolver seus projetos de vida, é, claramente, uma das acepções mais concretas do princípio da dignidade da pessoa humana, tratado, na maioria das vezes, de forma muito abstrata, ao menos no Brasil.

Ora, uma pessoa só tem uma vida digna na medida em que encontre um ambiente propício para realizar seu projeto de vida, o que se dá a partir do pleno desenvolvimento de suas capacidades e habilidades.

1.2. BASES FILOSÓFICAS DO PROJETO DE VIDA

Tal como assevera Guilherme Amorim, em obra inteiramente dedicada ao direito ao desenvolvimento⁴, *a ideia de que existem direitos dos indivíduos fora do Estado tem suas raízes na filosofia helênica dos estoicos (Panécio e Cícero): A lei natural, a razão, a igualdade e a dignidade do Homem são valores que estão por sobre o Estado e fora de seu alcance.*

³ SOARES, Inês Virgínia Prado. Direito ao Desenvolvimento e Justiça de Transição – Conexões e Alguns Dilemas. In PIOVESAN, Flávia e SOARES, Inês Virgínia Prado. Direito ao Desenvolvimento. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010. p.467.

⁴ SILVA, Guilherme Amorim Campos da. Direito ao Desenvolvimento. São Paulo: Editora Método, 2004. p. 21.

Essa é a base para o entendimento de que o Estado não está no centro de tudo e que o Homem deve ser valorizado, possuindo não apenas deveres frente à Nação que o abriga, mas também direitos.

Não obstante os filósofos supramencionados defendessem o humanismo, colocando o Homem e a busca de sua felicidade no centro do pensamento filosófico, os estoicos acreditavam que o Homem deveria aceitar o seu destino, fato este com o qual particularmente não concordamos e que não se adapta de forma adequada ao conceito de desenvolvimento de um projeto de vida.

Assim, o projeto de vida propriamente dito foi colocado em evidência no início do século XX, com o existencialismo, que representa um conjunto de doutrinas filosóficas se baseavam na análise do homem em sua relação com o mundo, em oposição a filosofias tradicionais que idealizavam a condição humana.

De maneira geral, o existencialismo resgatou a subjetividade humana, a partir da premissa de que a existência precede a essência. Dentre os principais expoentes desta corrente filosófica podemos citar Jean Paul Sartre, Simone de Beauvoir e Albert Camus.

Para Sartre, durante sua existência, o Homem vai fazendo as escolhas que constituem seu projeto, que o define. Assim, o Homem pode ser definido como um conjunto de possibilidades que vai se atualizando no decorrer de sua existência.

O existencialismo reconhece que a liberdade e a responsabilidade são intrínsecas a cada ser humano. Portanto, no entendimento de Sartre, o Homem é inteiramente responsável por aquilo que é. Por isso, uma de suas mais célebres afirmações é que *o Homem está condenado a ser livre*. Para ele⁵:

“(...) o Homem existe primeiro, se encontra, surge no mundo, e se define em seguida. Se o Homem, na concepção do existencialismo não é definível, é porque ele não é, inicialmente, nada. Ele apenas será alguma coisa posteriormente, e será aquilo que ele se tornar (...) o Homem é não apenas como é concebido, mas como ele se quer e como se concebe a partir da existência, como se quer a partir desse ela de existir, o Homem nada é além do que ele se faz. Esse é o primeiro princípio do existencialismo.

(...) o Homem, é, antes de tudo, aquilo que projeta vir a ser, e aquilo que projeta vir a ser, e aquilo **que tem consciência de projetar vir a ser. O Homem é, inicialmente, um projeto que se vive enquanto sujeito, e não como um musgo, um fungo ou uma couve-flor**; nada existe anteriormente a este projeto; nada existe de inteligível sob o céu e o Homem será antes de mais nada, o que tiver projetado ser. Não o que vai querer ser. Pois o que entendemos ordinariamente por querer é uma decisão consciente, que, para a maior parte de nós, é posterior ao que fazemos efetivamente de nós mesmos. Posso querer aderir a um partido, escrever um livro, casar-me; tudo isto é apenas uma manifestação de escolha mais original, mais espontânea do que o que se chama vontade.”

⁵ SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. Rio de Janeiro: Vozes, 2012, p.19

A visão de Sartre expressa a mais pura realidade: a vida é resultado de um processo continuado de projetar e realizar. É inerente a este conceito a ideia de temporalidade, na medida em que o passado do Homem condiciona seu presente e este último é o momento de projetar-se o futuro. Ainda segundo Sartre, o Homem deve projetar-se para fora de si mesmo para existir⁶:

“Antes de começarmos a viver, a vida, em si, não é nada, mas nos cabe dar-lhe sentido, e o valor da vida não é outra coisa senão este sentido que escolhemos. (...) o Homem está constantemente fora de si mesmo, **é projetando-se e perdendo-se fora de si que ele faz o Homem existir e, por outro lado, é perseguindo fins transcendentais que ele é capaz de existir**; sendo essa superação e apropriando-se dos objetos apenas em relação a esta superação, o Homem está no coração, no centro desta superação.”

Com tal trecho, Sartre quer dizer que o Homem deve ter consciência das possibilidades que o aguardam para desenvolver seus projetos. O Homem projeta sua vida com base em seus valores, e são eles que lhe permitem fazer escolhas que, sob seu ponto de vista, sejam mais acertadas em detrimento de quaisquer outras possibilidades que possam existir.

Nos ensinamentos de Sartre estão contidos, portanto, importante base para o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida, que é o mecanismo pelo qual o Homem pode, de fato, viver e dar sentido à sua vida.

Contudo, como veremos a diante, o Estado deve garantir aos indivíduos as condições mínimas para que estes possam desenvolver seus projetos de vida, as quais estão consubstanciadas, basicamente, nas liberdades fundamentais.

1.3. MARCOS LEGAIS DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE VIDA

Ao longo do tempo, o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida esteve presente em diversas Cartas internacionais de forma implícita ou explícita. Exemplo disso é que a Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776, já mencionava que *todos os Homens são iguais por seu nascimento, que foram dotados por seu Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais a vida, a liberdade e a busca pela felicidade*.

⁶ SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. Rio de Janeiro: Vozes, 2012, p. 42 e 43

Ora, a busca pela felicidade deve ser entendida como o direito de todas as pessoas de ter planos para suas próprias vidas e trabalhar e prol de sua concretização, o que nada mais é do que o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida.

De forma geral, contudo, o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida está inserido na segunda geração de Direitos, na qual surgiram os direitos econômicos e sociais, após a Revolução Industrial.⁷

A partir da Segunda Geração de Direitos, o Estado transformou-se, efetivamente, em ente capaz de promover o desenvolvimento dos cidadãos, na medida em que a ele foram impostas prestações positivas.

Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, proclamou os direitos e liberdades fundamentais como o *ideal comum a ser atingido por todos*, partindo do postulado geral de que *todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos (...) e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade*.⁸

A Declaração preceituou, ainda, como compromissos de todos – Estados e indivíduos – a tarefa permanente da construção de um mundo onde todos os homens possam usufruir de uma vida digna, com pleno atendimento de suas necessidades primárias, materiais e espirituais, nos seguintes termos⁹:

“Artigo XXII

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais **indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.**

(...)

Artigo XXVI

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. **A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana** e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

⁷ A primeira geração de direitos refere-se aos direitos naturais, poucos e essenciais, tais como direito à vida, à sobrevivência, à propriedade e à liberdade. A segunda geração, por sua vez, engloba os direitos políticos. Já a terceira geração, refere-se aos direitos sociais, voltados, inclusive, à comunidade internacional, visando fornecer garantias válidas e eficácia para os direitos fundamentais. Por fim, a quarta geração, representam os direitos digitais e genéticos.

⁸ Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão.

⁹ Declaração dos Direitos Humanos. Disponível em http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm acesso em 2.6.2012.

(...)

Artigo XXIV

1. Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, **em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.**
2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.
3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.” (sem ênfase no original)

Aqui, novamente, ao estabelecer, como prioridade, o livre desenvolvimento da personalidade dos indivíduos, tem-se que o intuito é exatamente determinar que o Estado confira aos indivíduos as condições necessárias para que seja possível o desenvolvimento de seus projetos de vida.

Além disso, em 1986 a Organização das Nações Unidas (“ONU”) promulgou a Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento¹⁰, a qual prevê que os Estados devem garantir, aos indivíduos, o pleno exercício dos direitos fundamentais, possibilitando seu completo desenvolvimento, nos seguintes termos:

“Reconhecendo que **a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento dos povos e indivíduos é a responsabilidade primária de seus Estados;**

(...)

Confirmando que **o direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável e que a igualdade de oportunidade para o desenvolvimento é uma prerrogativa tanto das nações quanto dos indivíduos** que compõem as nações;

Artigo 1

1. **O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável** em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar, **no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados.**
2. O direito humano ao desenvolvimento também implica a **plena realização do direito dos povos de autodeterminação** que inclui, sujeito às disposições relevantes de ambos os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, o exercício de seu direito inalienável de soberania plena sobre todas as suas riquezas e recursos naturais.

Artigo 2

1. **A pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento** e deveria ser participante ativo e beneficiário do direito ao desenvolvimento.
2. **Todos os seres humanos têm responsabilidade pelo desenvolvimento, individual e coletivamente**, levando-se em conta a necessidade de pleno respeito aos seus direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como seus deveres para com a comunidade, que sozinhos podem assegurar a realização livre e completa do

¹⁰ Declaração Sobre Direito ao Desenvolvimento. ONU. 1986. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-ao-Desenvolvimento/declaracao-sobre-o-direito-ao-desenvolvimento.html>

ser humano, e deveriam por isso promover e proteger uma ordem política, social e econômica apropriada para o desenvolvimento.

3. Os Estados têm o direito e o dever de formular políticas nacionais adequadas para o desenvolvimento, que visem o constante aprimoramento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos, com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição equitativa dos benefícios daí resultantes.

(...)

Artigo 6

1. Todos os Estados devem cooperar com vistas a promover, encorajar e fortalecer o respeito universal pela observância de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

2. **Todos os direitos humanos e liberdades fundamentais são indivisíveis e interdependentes;** atenção igual e consideração urgente devem ser dadas à implementação, promoção e proteção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

3. **Os Estados devem tomar providências para eliminar os obstáculos ao desenvolvimento resultantes da falha na observância dos direitos civis e políticos, assim como dos direitos econômicos, sociais e culturais.**

(...)

Artigo 8

1. Os Estados devem tomar, a nível nacional, todas as medidas necessárias para a realização do direito ao desenvolvimento e devem assegurar, inter alia, **igualdade de oportunidade para todos em seu acesso aos recursos básicos, educação, serviços de saúde, alimentação, habitação, emprego e distribuição equitativa da renda.** Medidas efetivas devem ser tomadas para assegurar que as mulheres tenham um papel ativo no processo de desenvolvimento. Reformas econômicas e sociais apropriadas devem ser efetuadas com vistas à erradicação de todas as injustiças sociais.

2. Os Estados devem encorajar a participação popular em todas as esferas, como um fator importante no desenvolvimento e na **plena realização de todos os direitos humanos.**” (sem ênfase no original)

Nítida, portanto, a importância dos projetos de vida de cada indivíduo para o alcance do desenvolvimento pleno de uma nação, devendo o Estado garantir as condições básicas para tanto.

Ao estudar o conteúdo de tal Tratado, Livia Maria de Sousa leciona no sentido de que o que este assegura vai além das condições mínimas de sobrevivência¹¹:

“Na dimensão individual, a Carta da ONU garante a toda pessoa humana o direito de desenvolver sua capacidade intelectual, mediante o exercício de uma gama de direitos humanos, e não somente o acesso às condições mínimas de sobrevivência. Já na dimensão coletiva, restou garantido o desenvolvimento de todas as nações, de forma que os Estados possam dispor de recursos financeiros para desincumbir-se de sua missão de realizar a dignidade da pessoa humana, incorporando assim os direitos humanos ao processo de desenvolvimento.

Podemos afirmar, portanto, que **na dimensão individual o direito ao desenvolvimento representa uma garantia do indivíduo de participar efetivamente do desenvolvimento, com o objetivo de desenvolver plenamente sua personalidade,** de forma a contribuir para a redução das desigualdades sociais,

¹¹ SOUSA, Livia Maria de. O Direito Humano ao Desenvolvimento como Mecanismo de Redução da Pobreza em Região com Excepcional Patrimônio Cultural. In PIOVESAN, Flávia e SOARES, Inês Virgínia Prado. Direito ao Desenvolvimento. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010. p. 314 e 315.

sendo complementar a dimensão coletiva ao garantir aos Estados o direito/dever de participar do desenvolvimento internacional, com o objetivo de trazer para seu País as inovações científicas, culturais ou tecnológicas, contribuindo para a redução das desigualdades entre países.

O certo é que, **independentemente da dimensão em que se fale sobre direito ao desenvolvimento, o seu fim último será sempre de proporcionar a cada pessoa humana, não obstante sua nacionalidade, o desfrute de todos os direitos que lhe são inerentes, respeitando sua dignidade.**

Apesar da existência das duas dimensões do direito ao desenvolvimento, como ocorre com inúmeros outros direitos sociais, civis e políticos, o certo é que os direitos humanos são indivisíveis e não há dúvida de nos textos internacionais que tratam acerca de tal matéria, **a pessoa humana é sua finalidade e última razão de ser.**”

Referido diploma deixa claro, assim, que o direito ao desenvolvimento está intrinsecamente ligado aos demais direitos humanos, bem como à necessidade de utilização, pelos Estados signatários, de mecanismos que garantam aos indivíduos o gozo de todas as liberdades, o que possibilitará o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Evidencia-se, desta forma, que, embora o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida seja distinto dos demais direitos fundamentais, ele não pode ser exercido de forma dissociada destes.

De fato, para o efetivo exercício do direito ao desenvolvimento de um projeto de vida, como já se disse, vários outros direitos fundamentais devem ser assegurados, tais como educação, emprego, moradia, saúde e alimentação.

Isso decorre da nítida constatação de que um indivíduo que tenha que preocupar-se todo o tempo com sua sobrevivência, na medida em que não lhe sejam garantidos sequer os meios básicos para levar uma vida digna não tem, na maioria das vezes, condições de elaborar um projeto de vida e concretizar as ações necessárias para alcançá-lo.

O Anteprojeto da Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância, elaborado pela Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (“OEA”), foi o primeiro diploma internacional a trazer uma definição concreta de projeto de vida¹²:

“Artigo 1

Para os efeitos dessa Convenção, entende-se por:

(...)

6. Projeto de Vida

O sentido da expressão “**projeto de vida**” acha-se associado ao conceito de realização pessoal e às opções de que dispõe o ser humano para conduzir sua vida e alcançar o destino a que se propõe. Os seres humanos não gozam de plena liberdade se, em função de tratamento discriminatório, carecem de **condições igualitárias**

¹² Anteprojeto da Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância. [Http://scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_07/CP18368P19.doc](http://scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_07/CP18368P19.doc). Acesso em 7.6.2012.

para encaminhar sua existência. Para os efeitos desta Convenção, **a restrição ou a anulação do projeto de vida de vítimas de racismo, discriminação e intolerância implica a redução objetiva de suas liberdades fundamentais, a perda de um valor existencial inerente à sua dignidade e a violação de seus direitos humanos.”**

Não obstante isso, diversos diplomas legais anteriores já previam o respeito aos princípios norteadores do direito ao desenvolvimento de um projeto de vida. Até na Constituição Brasileira de 1988 é possível encontrar tanto no preâmbulo quanto em seus artigos disposições que dão guarida a tal direito¹³:

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, **destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos** de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

(...)

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma **sociedade livre**, justa e solidária;

II - garantir o **desenvolvimento nacional**;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - **promover o bem de todos**, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(...)

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a **inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade**, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

Art. 6º São direitos sociais a **educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a **proteção à maternidade e à infância**, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

¹³ Constituição Federal de 1988. www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 7.6.2012.

Neste ponto, é importante destacar que o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida distingue-se do direito à vida, já que, diferente deste, o projeto de vida não é estático, e sim dinâmico, tendo acepções diferentes para cada indivíduo, aproximando-se mais do conceito que alguns definem como “direito à vida digna”.

Assim como a vida digna, o projeto de vida é um conceito subjetivo, cujas violações e reparações devem ser analisadas em cada caso concreto, já que um mesmo dano causado a indivíduos distintos pode ou não caracterizar o chamado dano existencial, que será tratado em capítulo próprio deste trabalho.

Com base nisso, é possível argumentar que determinados direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal visam exatamente proteger o direito ao desenvolvimento do projeto de vida dos indivíduos, embora claramente não representem proteção direta ao direito à vida, a exemplo dos transcritos abaixo:

“Art. 5º (...)

VI - é inviolável a **liberdade de consciência e de crença**, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

(...)

XIII - é livre o **exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão**, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

(...)

XV - é **livre a locomoção** no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

(...)

XXII - é garantido o **direito de propriedade**;

(...)

LIV - **ninguém será privado da liberdade ou de seus bens** sem o devido processo legal;

(...)

LXV - a **prisão ilegal** será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

(...)

LXXV - o Estado **indenizará o condenado por erro judiciário**, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

(...)

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

II - **seguro-desemprego**, em caso de desemprego involuntário;

(...)

IV - **salário mínimo**, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

(...)

XIII - **duração do trabalho normal não superior a oito horas** diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

(...)

XVIII - **licença à gestante**, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
(...)
XXVIII - **seguro contra acidentes de trabalho**, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;"

Ora, é intuitivo que a Constituição Federal, ao assegurar que o indivíduo tenha liberdade para professar suas crenças, exercer a profissão que desejar com carga horária normal de 8 horas e locomover-se livremente, inclusive com seus bens, visou exatamente assegurar as condições para que este desenvolva seu projeto de vida, inclusive no plano familiar.

Nítido, portanto, que o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida vai muito além do direito à vida, necessitando, para ser exercido, que uma série de outros direitos fundamentais sejam exercidos.

Por este motivo, é possível afirmar que o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida é a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana e sua observância é essencial para que o Brasil possa atingir os objetivos estabelecidos na Constituição, tais como o desenvolvimento nacional, a construção de uma sociedade livre sem pobreza, marginalização e desigualdades sociais e na qual se promova o bem de todos, onde seja assegurado aos indivíduos o acesso à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, etc.

Desta forma, o respeito ao direito ao desenvolvimento de um projeto de vida é, ao mesmo tempo, a finalidade e o meio pelo qual será possível alcançar os objetivos previstos em nossa Constituição.

Como veremos no próximo capítulo, um Estado só é capaz de assegurar a seus cidadãos o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida se puder assegurar-lhes todas as liberdades individuais, já que o potencial do desenvolvimento de cada indivíduo e de uma nação, como um todo, pode ser medido pela extensão de sua liberdade.

CAPÍTULO 2 – LIBERDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE VIDA

2.1. SOBRE A LIBERDADE

O economista Amartya Sen, um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, Prêmio Nobel de economia em 1998 em razão suas contribuições à teoria da decisão social, defende que o desenvolvimento de uma nação não deve ser medido tão somente pelo valor de seu Produto Interno Bruto – PIB, mas, sobretudo, pela extensão das liberdades asseguradas a seus cidadãos.

Tal entendimento consta, especialmente, de seu livro “Desenvolvimento como Liberdade”, que norteou a elaboração deste segundo capítulo.

Amartya Sen acredita que a liberdade é capaz de potencializar as capacidades dos indivíduos de desenvolverem seus projetos de vida e, desta forma, contribuir com o desenvolvimento das nações que integram.

Para esclarecer melhor esta questão, o economista lista cinco tipos distintos de liberdades instrumentais que ajudam, de forma global, a promover a capacidade de cada um dos indivíduos: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.¹⁴

As liberdades políticas garantem que os indivíduos possam determinar seus governantes e com base em que princípios estes devem exercer o poder que lhes foi concedido; as facilidades econômicas relacionam-se à possibilidade das pessoas utilizarem recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca; as oportunidades sociais são as disposições estabelecidas pelo Estado nas áreas de educação, saúde e outras que influenciam as liberdades subjetivas dos indivíduos; as garantias de transparência são a sinceridade que as pessoas podem esperar uma das outras e a possibilidade de lidar umas com as outras com regras claras, e de forma honesta; e, por fim, a segurança protetora é uma rede de segurança social que impede que a população vulnerável às privações seja reduzida à miséria e à morte.

¹⁴ SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 25.

Tais liberdades estão intrinsecamente relacionadas e devem ser garantidas pelo Estado inclusive por meio da implementação de políticas públicas, e devendo ser vistas como os meios principais e os fins primordiais do desenvolvimento de uma sociedade.

Como exemplo de sociedades em que as liberdades garantidas aparentemente não estão atreladas ao desenvolvimento, o autor cita a Índia, o Paquistão e o Brasil, que embora tenha apresentado um crescimento no PIB quase tão alto como o dos Tigres Asiáticos, tem uma longa história de desigualdade social, desemprego e descaso com o serviço público de saúde e educação elementar.¹⁵

O conceito de liberdade exposto pelo autor abrange tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões quanto as oportunidades reais que os indivíduos possuem, de acordo com as circunstâncias pessoais e sociais que experimentam.¹⁶

A liberdade dos indivíduos é elemento constitutivo básico, que pode ser visto como a oportunidade concedida aos indivíduos para que possam levar o tipo de vida que valorizam. Nesta perspectiva as pessoas devem ser vistas como ativamente envolvidas no processo de desenvolvimento, como agentes principais da construção de seu destino, e não apenas como beneficiárias passivas de programas criados pelo Estado.

Desta forma, os papéis atribuídos ao Estado e aos indivíduos são complementares no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas e ambos devem cumprir seus papéis para que se alcance uma sociedade verdadeiramente desenvolvida.

A liberdade, na qualidade de um fim primordial do desenvolvimento, relaciona-se à importância das liberdades subjetivas no enriquecimento da vida humana, as quais consistem no acesso à alimentação adequada, alfabetização, participação política e à liberdade de expressão.

2.2. DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Para Amartya Sen, o desenvolvimento poderia ser definido como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, sendo a expansão da liberdade, como já se disse, o fim primordial e o meio principal de se alcançar do desenvolvimento¹⁷. Nesse sentido:

¹⁵ Ibidem. p. 62.

¹⁶ Ibidem.p.31

¹⁷ SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 10.

“o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é constitutiva do desenvolvimento”.

Assim, o primeiro passo para que uma sociedade possa se desenvolver de forma plena é eliminar as privações de liberdade dos indivíduos, de forma a possibilitar o seu completo desenvolvimento como pessoa. Por isso, afirma novamente Amartya Sen que:

“o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

(...)

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico.”

Desta forma, é dever do Estado remover as fontes de privação de liberdade, sendo necessário, contudo, antes disso, favorecer a criação de condições que permitam aos indivíduos ter oportunidades reais de julgar o tipo de vida que gostariam de levar. Por esse motivo, oferecer educação, saúde e emprego aos cidadãos é essencial também na medida em que confere às pessoas a capacidade de eleger seus projetos de vida.

Assim, a pobreza extrema é óbice não apenas ao desenvolvimento de uma nação, mas, sobretudo, ao desenvolvimento dos projetos de vida daqueles que se encontram nessa situação. É nesse sentido que Livia Maria de Sousa¹⁸ afirma que:

“Num contexto de grande desigualdade social, o surgimento do direito ao desenvolvimento como direito humano enfrenta inúmeras dificuldades, não só de implementação prática, mas também de reconhecimento formal e ideológico. Isto ocorre porque **quando se fala em direito ao desenvolvimento, busca-se uma plena realização da pessoa humana, respeitando sua dignidade, de forma que suas necessidades básicas sejam satisfeitas.**

Nesse sentido, são esclarecedoras as palavras de Nicolás Ângulo Sánchez, para quem **a pobreza não se reduz a uma falta de rendas econômicas, mas também a falta de desenvolvimento das capacidades ou faculdades pessoais, devido à privação ou escassez dos meios e recursos básicos para poder concluir o seu desenvolvimento pessoal plenamente.** Desse modo, a pobreza se traduz em uma deficiente qualidade devida, de segurança, de autoestima pessoal.” (sem ênfase no original)

¹⁸ SOUSA, Livia Maria de. O Direito Humano ao Desenvolvimento como Mecanismo de Redução da Pobreza em Região com Excepcional Patrimônio Cultural. *In* PIOVESAN, Flávia e SOARES, Inês Virgínia Prado. *Direito ao Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010. p. 322.

Logo, a pobreza encerra não apenas um déficit do ponto de vista econômico, mas principalmente do ponto de vista das capacidades dos indivíduos e possibilidades de escolha do projeto de vida a ser perseguido.

De forma complementar, Amartya Sen esclarece a verdadeira importância da riqueza, afirmando que sua utilidade está, na verdade, nas coisas que ela nos permite fazer, ou seja, as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter¹⁹:

“Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.”

Assim, a pobreza seria, basicamente, a privação das capacidades humanas, que podem ser definidas como as oportunidades básicas para que os indivíduos possam levar o tipo de vida que valorizam.

Tais capacidades devem permitir que as pessoas possam ainda melhorar as escolhas reais que possuem, e dependem de suas características pessoais, origens sociais e situação econômica, dentre outros fatores.

A promoção de tais capacidades tem impacto direto no aumento de bem-estar e das liberdades dos indivíduos e indireto nas mudanças sociais e aumento da produção econômica. Não é por outra razão que o Relatório Global de Desenvolvimento Humano divulgado pela ONU se utiliza dos conceitos de Amartya Sen para definir o Desenvolvimento Humano:

“O desenvolvimento humano consiste no alargamento das liberdades e capacidades das pessoas para viverem vidas que valorizam e que têm motivos para valorizar. Trata-se de alargar as escolhas. As liberdades e capacidades constituem uma noção mais alargada do que a de necessidades básicas. Muitos fins são necessários para uma ‘boa vida’, fins que podem ser valiosos tanto intrínseca como fundamentalmente – podemos valorizar a biodiversidade, por exemplo, ou a beleza natural, independentemente da sua contribuição para os nossos padrões de vida.

Os grupos desfavorecidos constituem um tema central do desenvolvimento humano. Neles se incluem as pessoas do futuro que sofrerão as consequências mais graves dos riscos decorrentes das nossas atividades atuais. Preocupamo-nos não apenas com o que acontece em média ou no cenário mais provável, mas também com o que acontece nos cenários menos prováveis, mas ainda assim possíveis, em especial quando os eventos são catastróficos para pessoas pobres e vulneráveis.”²⁰

¹⁹ SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 29.

²⁰ Relatório de Desenvolvimento Humano Global de 2011, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf. Acesso em 20.1.2013.

Desta forma, conclui-se que o desenvolvimento pleno nada mais é do que a possibilidade conferida aos indivíduos para que possam livremente decidir sobre os projetos que levarão a cabo no decorrer de suas vidas, e que uma nação verdadeiramente desenvolvida é aquela que assegura tal possibilidade a seus cidadãos, por meio da eliminação das privações de liberdade.

A Corte pioneira em reconhecer a responsabilidade do Estado neste sentido e perceber que, ao agir de modo diverso, causar-se-ia danos irreparáveis à vida dos cidadãos, foi a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que em algumas ocasiões chegou inclusive a determinar a reparação dos danos causados pelos Estados condenados mediante obrigações de fazer, e não apenas por meio do pagamento de indenizações. Por essa razão, no próximo capítulo nos dedicaremos ao estudo das decisões por ela proferidas, nas quais se esclarece a aceção do direito ao desenvolvimento de um projeto de vida e as possíveis formas de reparação dos danos a ele causados.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DE DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Corte Interamericana de Direitos Humanos já teve diversas oportunidades de expressar entendimento no sentido de conferir ao direito ao projeto de vida a importância que merece, reconhecendo inclusive a necessidade de reparação dos danos causados por conta do desrespeito a tal direito, por vezes, não consistentes em meras indenizações pecuniárias, mas sim em obrigações de fazer destinadas a, na medida do possível, efetivamente auxiliar o indivíduo a retomar seu projeto de vida.

As decisões proferidas em tal Foro são robustas e trazem consigo conceitos importantes para a clara compreensão da abrangência de tal direito, motivo pelo qual as principais decisões a respeito do tema serão detidamente estudadas no decorrer deste capítulo.

A primeira vez em que a Corte reconheceu a existência do direito ao desenvolvimento de um projeto de vida foi no caso *Loayza Tamayo Vs. Peru*²¹, em que se discutiu a prisão da Professora Universitária Maria Elena Loayza Tamayo, em 6.2.1993, pela Divisão Nacional Antiterrorismo da Polícia Peruana, sem que tivesse sido expedida qualquer ordem judicial para tanto.

A Sra. Tamayo foi ilegalmente detida, torturada e violentada sexualmente. Em seguida, foi apresentada à imprensa sob acusação de traição à pátria e, depois de diversas instâncias distintas de julgamento em foro militar foi absolvida em 24.9.1993, quando retomou sua liberdade.

Mesmo após sua absolvição, seu caso foi remetido para julgamento no Foro Comum, no qual foi condenada, em 10.10.1994 à detenção por 20 anos pela prática de terrorismo, tendo sido novamente privada de sua liberdade até o julgamento do caso pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, o que só se deu em 17.09.1997.

A Corte decidiu que a Sra. Tamayo deveria ser libertada em prazo razoável e que, por terem sido violados seus direitos à liberdade e integridade, o Estado do Peru deveria pagar uma justa indenização à vítima e seus familiares, inclusive ressarcindo-os dos gastos que tenham dispensado por ocasião do processo perante as autoridades peruanas.

Na sentença de reparação e custas foi reconhecida, como já se disse, pela primeira vez, a existência de dano ao projeto de vida, tendo a Corte entendido, contudo, que, não obstante tal dano seja passível de reparação, a jurisprudência e a doutrina ainda não haviam se

²¹ Julgado em 17 de setembro de 1997 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

dedicado ao estudo da questão, de modo que não entendeu possível, a época, determinar a forma pela qual o Estado deveria repará-lo, tamanha sua gravidade:

“147. (...) o denominado “projeto de vida” atende à realização integral da pessoa afetada, considerando sua vocação, aptidões, circunstâncias, potencialidades e aspirações, que lhe permitem definir razoavelmente determinadas expectativas e concretizá-las.

148. O “projeto de vida” se associa ao conceito de realização pessoal, que por sua vez se sustenta nas opções que o sujeito pode ter para conduzir sua vida e alcançar o destino que se propõe. Em rigor, as opções são a expressão e garantia da liberdade. Dificilmente se poderia dizer que uma pessoa é verdadeiramente livre se carece de opções para encaminhar sua existência e levá-la a sua natural culminação. Essas opções possuem, em si mesmas, um alto valor existencial. Por tanto, seu cancelamento ou diminuição implicam a redução objetiva da liberdade e a **perda de um valor que não pode ser alheio à observação desta Corte.**

149. No caso que se examina, não se trata de um resultado seguro, que tenha que ocorrer necessariamente, mas sim de uma situação provável - não meramente possível-- dentro do desenvolvimento natural e previsível do sujeito, que resulta interrompido e contrariado por atos violadores de seus direitos humanos. Esses atos mudam drasticamente o curso da vida, impõem circunstâncias novas e adversas e modificam os planos e projetos que uma pessoa formula à luz das condições normais em que se desenvolve sua existência e de suas próprias aptidões para levá-los a cabo com probabilidades de êxito.

150. Por conta disso, é razoável afirmar que os atos violadores de direitos impedem ou obstruem seriamente a obtenção do resultado previsto e esperado, e por fim alteram de forma substancial o desenvolvimento do indivíduo. Em outros termos, o “dano ao projeto de vida”, entendido como uma expectativa razoável e acessível no caso concreto, implica a perda ou grave prejuízo de oportunidades de desenvolvimento pessoal, de forma irreparável ou de reparação muito difícil. Assim, a existência de uma pessoa se vê alterada por fatores alheios a ela, que lhe são impostos de forma injusta e arbitrária, com violação das normas vigentes e da confiança que pode depositar em órgãos do poder público obrigados a protegê-la e a garantir-lhe segurança para o exercício de seus direitos e a satisfação de seus legítimos interesses.

151. Por tudo isso, é perfeitamente admissível a pretensão de que se repare, na medida possível e com os meios adequados para isso, a perda de opções por parte da vítima, causada pelo ato ilícito. Desta maneira a reparação se aproxima mais ainda da situação desejável, que satisfaça as exigências da justiça: plena atenção aos prejuízos causados ilicitamente, o bem, posto em outros termos, se aproxima do ideal de *restitutio in integrum*.

152. No caso da vítima, é evidente que os atos violadores contra si impediram a realização de suas expectativas de desenvolvimento pessoal e profissional, factíveis em condições normais, e causaram danos irreparáveis à sua vida, obrigando-a a interromper seus estudos e mudar-se para o exterior, de modo muito diferente do que havia planejado, em condições de solidão, dificuldade econômica e intensa dor física e psicológica. Obviamente, este conjunto de circunstâncias, diretamente atribuíveis aos atos violadores que esta Corte tem examinado, têm alterado de forma grave e provavelmente irreparável à vida da senhora Loayza Tamayo, e impedido que esta alcance as metas de caráter pessoal, familiar e profissional que razoavelmente pode definir.

153. A Corte reconhece a existência de um grave dano ao “projeto de vida” de María Elena Loayza Tamayo, em decorrência da violação de seus direitos humanos. Apesar disso, a evolução da jurisprudência e doutrina até a data não permite traduzir este reconhecimento em termos econômicos, e por isto o Tribunal se abstém de quantificá-lo. Não obstante, adverte-se que o acesso da vítima à jurisdição internacional e a prolação da sentença correspondente implicam um princípio de satisfação nesta ordem de consideração.

154. A condenação contida em outros pontos da presente sentença acerca dos danos materiais e morais contribui para compensar a vítima, em certa medida, pelos

impactos decorrentes dos atos violadores, **ainda que dificilmente poderia devolver-lhe ou proporcionar-lhe as opções de realização pessoal das que se viu injustamente privada.**”²² (Tradução livre)

Tal como esclarece Cançado Trindade em seu voto, o mérito da decisão proferida foi o de reconhecer que o ser humano é mais do que um mero agente econômico, e que, portanto, nem tudo que ele preza e necessita pode ser conseguido exclusivamente com recursos financeiros. Disto decorre que, sendo ferida sua personalidade e integridade, as reparações

²² Sentença de custas de reparação. Proferida em 27.11.1998:

“147. (...) **el denominado “proyecto de vida” atiende a la realización integral de la persona afectada, considerando su vocación, aptitudes, circunstancias, potencialidades y aspiraciones, que le permiten fijarse razonablemente determinadas expectativas y acceder a ellas.**

148. **El “proyecto de vida” se asocia al concepto de realización personal, que a su vez se sustenta en las opciones que el sujeto puede tener para conducir su vida y alcanzar el destino que se propone.** En rigor, las opciones son la expresión y garantía de la libertad. Dificilmente se podría decir que una persona es verdaderamente libre si carece de opciones para encaminar su existencia y llevarla a su natural culminación. Esas opciones poseen, en sí mismas, un alto valor existencial. Por lo tanto, su cancelación o menoscabo implican la reducción objetiva de la libertad y la **pérdida de un valor que no puede ser ajeno a la observación de esta Corte.**

149. En el caso que se examina, no se trata de un resultado seguro, que haya de presentarse necesariamente, sino de una situación probable --no meramente posible-- dentro del natural y previsible desenvolvimiento del sujeto, que resulta interrumpido y contrariado por hechos violatorios de sus derechos humanos. **Esos hechos cambian drásticamente el curso de la vida, imponen circunstancias nuevas y adversas y modifican los planes y proyectos que una persona formula a la luz de las condiciones ordinarias en que se desenvuelve su existencia y de sus propias aptitudes para llevarlos a cabo con probabilidades de éxito.**

150. En tal virtud, es razonable afirmar que los hechos violatorios de derechos impiden u obstruyen seriamente la obtención del resultado previsto y esperado, y por ende alteran en forma sustancial el desarrollo del individuo. En otros términos, **el “daño al proyecto de vida”, entendido como una expectativa razonable y accesible en el caso concreto, implica la pérdida o el grave menoscabo de oportunidades de desarrollo personal, en forma irreparable o muy difícilmente reparable.** Así, la existencia de una persona se ve alterada por factores ajenos a ella, que le son impuestos en forma injusta y arbitraria, con violación de las normas vigentes y de la confianza que pudo depositar en órganos del poder público obligados a protegerla y a brindarle seguridad para el ejercicio de sus derechos y la satisfacción de sus legítimos intereses.

151. Por todo ello, **es perfectamente admisible la pretensión de que se repare, en la medida posible y con los medios adecuados para ello, la pérdida de opciones por parte de la víctima, causada por el hecho ilícito.** De esta manera la reparación se acerca más aún a la situación deseable, que satisface las exigencias de la justicia: plena atención a los perjuicios causados ilícitamente, o bien, puesto en otros términos, se aproxima al ideal de la restitutio in integrum.

152. En el caso de la víctima, es evidente que los hechos violatorios en su contra impidieron la realización de sus expectativas de desarrollo personal y profesional, factibles en condiciones normales, y causaron daños irreparables a su vida, obligándola a interrumpir sus estudios y trasladarse al extranjero, lejos del medio en el que se había desenvuelto, en condiciones de soledad, penuria económica y severo quebranto físico y psicológico. Obviamente, este conjunto de circunstancias, directamente atribuibles a los hechos violatorios que ha examinado esta Corte, han alterado en forma grave y probablemente irreparable la vida de la señora Loayza Tamayo, e impedido que ésta alcance las metas de carácter personal, familiar y profesional que razonablemente pudo fijarse.

153. **La Corte reconoce la existencia de un grave daño al “proyecto de vida” de María Elena Loayza Tamayo, derivado de la violación de sus derechos humanos. Sin embargo, la evolución de la jurisprudencia y la doctrina hasta la fecha no permite traducir este reconocimiento en términos económicos, y por ello el Tribunal se abstiene de cuantificarlo.** Advierte, no obstante, que el acceso mismo de la víctima a la jurisdicción internacional y la emisión de la sentencia correspondiente implican un principio de satisfacción en este orden de consideraciones.

154. La condena que se hace en otros puntos de la presente sentencia acerca de los daños materiales y morales contribuye a compensar a la víctima, en cierta medida, por las afectaciones sufridas a causa de los hechos violatorios, **aunque difícilmente podría devolverle o proporcionarle las opciones de realización personal de las que se vio injustamente privada.**” (sem ênfase no original)

pecuniárias são nitidamente insuficientes para recompor os danos causados, devendo a doutrina e a jurisprudência aprofundar-se neste aspecto, com o intuito de verificar qual o tipo de reparação adequada em casos como este:

"9. (...) Ao contrário do que pretende a concepção materialista do *homo oeconomicus*, lamentavelmente prevalecente no nosso tempo, (...) o ser humano não se reduz a um mero agente de produção econômica, a ser considerado somente em função de tal produção ou de sua capacidade laboral.

10. O ser humano tem necessidades e aspirações que transcendem a medição ou projeção puramente econômica. (...) No domínio do Direito Internacional dos Direitos Humanos, a determinação das reparações deve ter presente a integralidade da personalidade da vítima, e o impacto sobre esta da violação de seus direitos humanos: **há que partir de uma perspectiva integral e não apenas patrimonial de suas potencialidades e capacidades.**

11. De tudo isto fica claro que **as reparações não pecuniárias são muito mais importantes do que se poderia *prima facie* supor.**

(...)

15. Entendemos que o projeto de vida se encontra indissolivelmente vinculado à liberdade, como **direito de cada pessoa a eleger seu próprio destino.** (...)

16. O projeto de vida envolve plenamente o ideal da Declaração Americana de 1948 de exaltar o espírito como finalidade suprema e categoria máxima da existência humana. **O dano ao projeto de vida ameaça, em última instância, o próprio sentido que cada pessoa humana atribui à sua existência. Quando isto ocorre, um prejuízo é causado ao mais íntimo do ser humano: trata-se de um dano dotado de autonomia própria, que afeta o sentido espiritual da vida.**

17. Todo o capítulo das reparações de violações de direitos humanos deve, a nosso ver, ser repensado desde a perspectiva da integridade da personalidade da vítima e **tendo presente sua realização como ser humano e a restauração de sua dignidade. A presente Sentença de reparações no caso Loayza Tamayo, ao reconhecer a existência do dano ao projeto de vida vinculado à satisfação, entre outras medidas de reparação, dá um passo acertado e alentador nesta direção, que, confiamos, será objeto de maior desenvolvimento jurisprudencial no futuro.**"²³ (tradução livre)

²³ Voto do Juiz Cançado Trindade na Sentença de Custas e Reparação. Proferido em 27.11.1998:

"9. (...) Al contrario de lo que pretende la concepción materialista del *homo oeconomicus*, lamentablemente prevaleciente en nuestro tiempo, (...) el ser humano no se reduce a un mero agente de producción económica, a ser considerado solamente en función de dicha producción o de su capacidad laboral.

10. El ser humano tiene necesidades y aspiraciones que trascienden la medición o proyección puramente económica. (...) En el dominio del Derecho Internacional de los Derechos Humanos, la determinación de las reparaciones debe tener presente la integralidad de la personalidad de la víctima, y el impacto sobre ésta de la violación de sus derechos humanos: **hay que partir de una perspectiva integral y no sólo patrimonial de sus potencialidades y capacidades.**

11. De todo ésto resulta claro que **las reparaciones no pecuniarias son mucho más importantes de lo que uno podría *prima facie* suponer.** (...)

15. Entendemos que el proyecto de vida se encuentra indisolublemente vinculado a la libertad, como **derecho de cada persona a elegir su propio destino.** (...)

16. El proyecto de vida envuelve plenamente el ideal de la Declaración Americana de 1948 de exaltar el espíritu como finalidad suprema y categoría máxima de la existencia humana. **El daño al proyecto de vida amenaza, en última instancia, el propio sentido que cada persona humana atribuye a su existencia. Cuando ésto ocurre, un perjuicio es causado a lo más íntimo del ser humano: trátase de un daño dotado de autonomía propia, que afecta el sentido espiritual de la vida.**

17. Todo el capítulo de las reparaciones de violaciones de derechos humanos debe, a nuestro juicio, ser repensado desde la perspectiva de la integralidad de la personalidad de la víctima y **teniendo presente su realización como ser humano y la restauración de su dignidad. La presente Sentencia de reparaciones en el caso Loayza Tamayo, al reconocer la existencia del daño al proyecto de vida vinculado a la satisfacción,**

Este caso, ainda que não tenha determinado qual seria a forma de reparação ao dano existencial causado, identificou sua ocorrência, e foi, por esta razão, fundamental para que a Corte pudesse evoluir em julgados posteriores, determinando ações efetivas a serem tomadas pelos Estados com vistas a reparar esta espécie de dano. É o que se verá a seguir.

O segundo caso em que a Corte analisou o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida, ficou conhecido como “ninõs de la calle”²⁴, e consistiu na análise, pela Corte, do sequestro, a tortura e o assassinato de Henry Giovanni Contreas, Federico Clemente Figueroa Túnchez, Julio Roberto Caal Sandoval e Jovito Josué Juárez Cifuentes, bem como o assassinato de Anstrum [Aman] Villagrán Morales e a omissão de mecanismos do Estado da Guatemala para tratar tais violações de forma adequada e garantir o acesso à justiça às famílias das vítimas.

Dentre outras questões, foi levantada a existência de violação ao direito à vida, à integridade, à liberdade, ao acesso à justiça e aos Direitos das crianças e dos adolescentes, já que os “ninõs de la calle” foram privados ilegítima e arbitrariamente de sua liberdade por agentes da Polícia Nacional.

Além disso, o direito à vida, que é a base para o exercício dos demais direitos fundamentais foi ferido em todas as suas dimensões, ou seja, a obrigação negativa, no sentido de que nenhuma pessoa deve ser privada de sua vida arbitrariamente e a obrigação positiva que o Estado tem de tomar todas as medidas apropriadas para preservar o direito à vida dos indivíduos que o compõem.

O desrespeito ao direito à vida faz com que todos os outros direitos percam o sentido, e é por esse motivo que o direito à vida representa não apenas o direito do indivíduo de não ser privado de sua vida arbitrariamente, mas também o direito de não ser impedido de ter acesso às condições que lhe garantam uma existência digna. Nesse sentido, é obrigação dos Estados criar as condições necessárias para que tal direito não seja violado, bem como impedir que seus agentes o desrespeitem.

Tendo sido a Polícia nacional o violador dos direitos, o Estado cometeu dois ilícitos. Ora, ao tolerar a reiterada prática de violência contra crianças em situação de risco, o Estado faz com que elas sejam vítimas de uma dupla agressão, já que (i) o Estado não foi capaz de

entre otras medidas de reparación, da un paso acertado y alentador en esta dirección, que, confiamos, será objeto de mayor desarrollo jurisprudencial en el futuro." (sem ênfase no original)

²⁴ Villagrán Morales y otros Vs. Guatemala, julgado em 19.11.1999 pela Corte Interamericana de Derechos Humanos.

evitar que eles vivessem em uma situação de miséria, privados de uma vida digna e impedidos de desenvolver de forma plena sua personalidade, apesar do fato de toda criança ter o direito à elaboração de um projeto de vida, que deve ser cuidado e estimulado pelos poderes públicos, a fim de que beneficie tanto o indivíduo quanto a sociedade, de uma forma geral; e (ii) tais práticas atentam contra a integridade física, psíquica e moral de tais crianças, e contra sua própria vida.

No voto dos juízes Cançado Trindade e Abreu Burelli, proferido na sentença de mérito do caso, ficou claro que o direito à vida digna engloba também o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida, nos seguintes termos:

“3. O direito à vida não pode continuar sendo concebido restritivamente, como era no passado, referindo-se apenas à proibição da privação arbitrária da vida física. Acreditamos que há diversos modos de privar uma pessoa arbitrariamente da vida: quando é provocada sua morte diretamente por meio de um homicídio, bem como quando não se evitam as circunstâncias que igualmente conduzem à morte de pessoas como neste caso. No presente caso, Villagrán Morales versus Guatemala (Fondo), atinente à morte de meninos por agentes policiais do Estado, **há a circunstância agravante de que a vida dos meninos já não tinha qualquer sentido; ou seja, os meninos vitimados já tinham sido privados de criar e desenvolver um projeto de vida, e ainda de procurar um sentido para sua própria existência.**

4. O dever do Estado de tomar medidas positivas se acentua precisamente em relação com a proteção da vida de pessoas vulneráveis e indefesas, em situação de risco, como são os meninos de rua. **A privação arbitrária da vida não se limita, pois, ao ilícito do homicídio; se estende igualmente à privação do direito de viver com dignidade.** Esta visão situa o direito à vida como pertencente, ao mesmo tempo, ao domínio dos direitos civis e políticos, e ao dos direitos econômicos, sociais e culturais, ilustrando assim a inter-relação e indivisibilidade de todos os direitos humanos.

(...)

7. **As necessidades de proteção dos mais necessitados, - como os meninos de rua, - requerem em definitivo uma interpretação do direito à vida de modo a compreender as condições mínimas de uma vida digna.** Daí a vinculação inexorável que constatamos, nas circunstâncias do presente caso, entre os artigos 4 (direito à vida) e 19 (direitos das crianças) da Convenção Americana, também articulada pela Corte nos parágrafos 144 e 191 da presente Sentença.

8. **Acreditamos que o projeto de vida é elemento essencial do direito à existência, e requer, para seu desenvolvimento, condições de vida digna, de segurança e integridade da pessoa humana.** Em nosso Voto Conjunto no caso Loayza Tamayo versus Perú (Reparações, 1998) sustentamos que **o dano ao projeto de vida deve ser integrado ao universo conceitual das reparações sob o artigo 63.1 da Convenção Americana.** Ali expressamos que **‘o projeto de vida se encontra indissolavelmente vinculado à liberdade, como direito de cada pessoa a escolher seu próprio destino. (...) O projeto de vida envolve plenamente o ideal da Declaração Americana [dos Direitos e Deveres do Homem] de 1948 de exaltar o espírito como finalidade suprema e categoria máxima da existência humana.**

9. **Uma pessoa que em sua infância vive, como em tantos países de América Latina, na humilhação da miséria, sem a menor condição sequer de criar seu projeto de vida, experimenta um estado de padecimento equivalente a uma morte espiritual;** a morte física que ocorre depois, em tais circunstâncias, é a culminação da destruição total do ser humano. Estas queixas fazem de vítimas não só a quem as sofre diretamente, em seu espírito e em seu corpo; **se projetam**

dolorosamente em seus entes queridos, em particular em suas mães, que normalmente também padecem do estado de abandono. Ao sofrimento da perda violenta de seus filhos se soma a indiferença com que são tratados os restos mortais deles.”²⁵ (tradução livre)

Por já termos realizado a distinção que consideramos lógica entre o direito à vida e o direito ao projeto de vida nos capítulos anteriores, compreendemos que o trecho supratranscrito trata do direito ao desenvolvimento de um projeto de vida tal como propusemos, como sinônimo de direito à vida digna, sem realizar, contudo, a distinção entre o direito à vida, que é estático, e ao projeto de vida, que é dinâmico, e se relaciona diretamente com o exercício de diversos outros direitos fundamentais.

De qualquer forma, é óbvio que não basta que o Estado proteja os cidadãos dos homicídios. É necessário que lhes garanta tudo o que for necessário para criar a possibilidade do desenvolvimento de um projeto de vida, o que só pode ser implementado por meio do aumento das liberdades individuais e ainda da evolução dos direitos sociais, notadamente educação, moradia e alimentação, únicos recursos que podem possibilitar a criação de uma nação verdadeiramente desenvolvida.

²⁵ “3. **El derecho a la vida no puede seguir siendo concebido restrictivamente, como lo fue en el pasado, referido sólo a la prohibición de la privación arbitraria de la vida física. Creemos que hay diversos modos de privar a una persona arbitrariamente de la vida:** cuando es provocada su muerte directamente por el hecho ilícito del homicidio, así como cuando no se evitan las circunstancias que igualmente conducen a la muerte de personas como en el caso d’espèce. En el presente caso Villagrán Morales versus Guatemala (Fondo), atinente a la muerte de niños por agentes policiales del Estado, **hay la circunstancia agravante de que la vida de los niños ya carecía de cualquier sentido; es decir, los niños victimados ya se encontraban privados de crear y desarrollar un proyecto de vida y aun de procurar un sentido para su propia existencia.**

4. El deber del Estado de tomar medidas positivas se acentúa precisamente en relación con la protección de la vida de personas vulnerables e indefensas, en situación de riesgo, como son los niños en la calle. **La privación arbitraria de la vida no se limita, pues, al ilícito del homicidio; se extiende igualmente a la privación del derecho de vivir con dignidad.** Esta visión conceptualiza el derecho a la vida como perteneciente, al mismo tiempo, al dominio de los derechos civiles y políticos, así como al de los derechos económicos, sociales y culturales, ilustrando así la interrelación e indivisibilidad de todos los derechos humanos.

(...)

7. **Las necesidades de protección de los más débiles, - como los niños en la calle, - requieren en definitiva una interpretación del derecho a la vida de modo que comprenda las condiciones mínimas de una vida digna.** De ahí la vinculación inexorable que constatamos, en las circunstancias del presente caso, entre los artículos 4 (derecho a la vida) y 19 (derechos del niño) de la Convención Americana, tan bien articulada por la Corte en los párrafos 144 y 191 de la presente Sentencia.

8. **Creemos que el proyecto de vida es consustancial del derecho a la existencia, y requiere para su desarrollo condiciones de vida digna, de seguridad e integridad de la persona humana.** En nuestro Voto Razonado Conjunto en el caso Loayza Tamayo versus Perú (Reparaciones, 1998) sostuvimos que **el daño al proyecto de vida debe ser integrado al universo conceptual de las reparaciones bajo el artículo 63.1 de la Convención Americana. Ahí expresamos que** ‘El proyecto de vida se encuentra **indisolublemente vinculado a la libertad, como derecho de cada persona a elegir su propio destino. (...) El proyecto de vida envuelve plenamente el ideal de la Declaración Americana [de los Derechos y Deberes del Hombre] de 1948 de exaltar el espíritu como finalidad suprema y categoría máxima de la existencia humana.**’ (sem ênfase no original)

Mas a questão que se impõe novamente é: como reparar danos tão graves à vida das pessoas quando o Estado não é capaz de garantir-lhes o básico? No caso dos *niños de la calle*, a solução encontrada foi a reparação por danos morais. Para o Juiz Cançado Trindade, no mesmo sentido de seu voto proferido no caso Loyaza Tamayo, para reparar danos como os que foram causados, a mera indenização pecuniária não se mostra suficiente, nos termos do seu voto proferido na sentença de custas e reparações:

“13. (...) O dano por eles sofrido é, desde a perspectiva da integridade de sua personalidade, como vítimas, verdadeiramente irreparável. A personalidade de cada ser humano vitimado é uma realidade inevitável: frente à violação de seus direitos básicos, não se pode intentar privar a uma vítima (sobrevivente) de suas crenças mais íntimas, si são estas tudo o que lhe resta para buscar um sentido para sua própria vida; não se pode subestimar a alma humana.

(...)

19. A necessidade de formação e desenvolvimento da própria consciência humana foi enfatizada por Carl Jung , que levava a sério os sentimentos e as crenças do ser humano; referida necessidade se torna ainda mais urgente na atualidade, em que a percepção do "progresso" material ameaça crescentemente a vida espiritual. Segundo Jung, o sofrimento psicológico intenso leva ao isolamento do indivíduo do resto das pessoas "normais", à extrema solidão, mas, além disso, desperta a "criatividade" do espírito. Ao expressar seu temor frente à "assustadora falta de maturidade" e à "bárbara falta de consciência" do homem contemporâneo, e ao referir-se ao contraste da vida, advertia com lucidez que "neste mundo o bem e o mal se equilibram "mais ou menos", e é esta a razão pela qual "a vitória do bem é sempre um especial ato de graça" .

(...)

21. Sendo assim, é difícil escapar da perturbadora indagação: se todos chegamos a este mundo, e dele partimos, com igual fragilidade, como demonstra a morte, própria da condição humana, por que nos vitimamos uns aos outros durante o tão breve caminhar de nossas vidas? Um mundo que abandona seus meninos nas ruas não tem futuro; já não permite a criação e o desenvolvimento de um projeto de vida. (...)

28. Há, a meu ver, que por em foco toda a temática das reparações de violações dos direitos humanos a partir da integridade da personalidade das vítimas, desestimando qualquer intenção de mercantilização - e conseqüente trivialização - de tais reparações. Não se trata de negar a importância das indenizações, mas sim de advertir para os riscos de reduzir a ampla gama das reparações a simples indenizações. Não é por acaso que a doutrina jurídica contemporânea vem tentando distinguir as diversas formas de reparação - *inter alia*, *restitutio in integrum*, satisfação, indenizações, garantias de não repetição dos atos lesivos - da perspectiva das vítimas, de modo a atender suas necessidades e reivindicações, e buscar sua plena reabilitação.

(...)

33. No presente caso dos "Niños de la Calle", as cinco vítimas diretas, antes de serem privadas cruel e arbitrariamente de suas vidas, já estavam privadas de criar e desenvolver um projeto de vida (e de buscar um sentido para sua existência). Estavam nas ruas em situação de alto risco, vulnerabilidade e insegurança, em meio à humilhação da miséria e em um estado de padecimento equivalente à morte espiritual, - assim como milhões de outras crianças (em contingentes crescentes) em toda América Latina e em todas as partes do mundo "globalizado" - mais precisamente, desumanizado - neste início do século XXI. Que a presente Sentença de reparações sirva, pois, também de alento a todos os que, em nossos países da América Latina, tenham experimentado a dor de perder um ser querido em circunstâncias similares de padecimento e humilhação, agravadas pela impunidade e indiferença do meio social.

(...)

37. **No dia em que o trabalho de determinar as reparações devidas às vítimas de violações de direitos humanos fundamentais se reduzir exclusivamente a uma simples fixação de compensações na forma de indenizações, já não se necessitaria do conhecimento pacientemente adquirido, assimilado e sedimentado ao longo de anos de leituras, estudos e reflexão: para isso bastaria uma máquina calculadora.** No dia em que isto acontecesse, - que espero nunca chegue, - o próprio trabalho de um tribunal internacional de direitos humanos estaria irremediavelmente desprovido de todo o sentido. O artigo 63(1) da Convenção Americana, pelo contrário, possibilita, e requer, que se ampliem, e não se reduzam, as reparações, em sua multiplicidade de formas. **A fixação das reparações deve basear-se na consideração da vítima como ser humano integral, e não na perspectiva degradada do *homo oeconomicus* de nossos dias.**

(...)

41. **Minha conclusão é no sentido de que, em circunstâncias como as do presente caso dos *Niños de la Calle*, não há, *stricto sensu*, reparação verdadeira ou plena possível, no sentido literal do termo (do latim *reparatio*, derivado de *reparare*, "preparar o dispor de novo"), o que revela os limites do Direito (a exemplo dos limites de outros ramos do conhecimento humano).** (...)

42. (...) Juridicamente, sobretudo em circunstâncias como as do presente caso dos *Niños de la Calle*, as reparações - das consequências da medida ou situação lesiva dos direitos humanos protegidos (nos termos do artigo 63(1) da Convenção Americana), - **em lugar de verdadeiramente reparar, na verdade aliviam o sofrimento humano dos familiares sobreviventes, buscando reabilita-los para a vida, - e por isso tornam-se absolutamente necessárias.**

43. É este, a meu ver, o verdadeiro sentido, com as inevitáveis limitações de seu real alcance, de que se reveste o conceito jurídico de reparações, no marco do Direito Internacional dos Direitos Humanos. O mal cometido, como já disse, não desaparece: é apenas combatido, e mitigado. As reparações outorgadas tornam a vida dos familiares sobreviventes quicá suportável, uma vez que, no caso concreto, o silêncio e a indiferença e o esquecimento não conseguiram se sobrepor às atrocidades, e de que o mal perpetrado não prevaleceu sobre a perene busca da justiça (própria do espírito). Em outras palavras, as reparações outorgadas significam que, no caso concreto, a consciência humana prevaleceu sobre o impulso de destruição. Neste sentido, as reparações, ainda que não sejam plenas, se revestem de inegável importância no trabalho da salvaguarda dos direitos inerentes ao ser humano.²⁶

²⁶ Caso niños de la calle. Voto do juiz Cançado Trindade na sentença de reparação e custas, proferida em 26.5.2001.

"13. (...) El daño por ellos sufrido es, desde la perspectiva de la integralidad de su personalidad, como víctimas, verdaderamente irreparable. La personalidad de cada ser humano victimado es una realidad ineludible: frente a la violación de sus derechos básicos, no se puede intentar privar a una víctima (sobreviviente) de sus creencias más íntimas, si son estas todo lo que le resta para buscar un sentido para su propia vida; no se puede subestimar el alma humana.

(...)

19. **La necesidad de formación y desarrollo de la propia conciencia humana fue enfatizada por Carl Jung , quien tomaba en serio los sentimientos y las creencias del ser humano; dicha necesidad se torna aún más apremiante en la actualidad, en que la percepción del "progreso" material amenaza crecientemente la vida espiritual.** Según Jung, el sufrimiento psicológico intenso lleva al aislamiento del individuo del resto de las personas "normales", a la extrema soledad, pero además despierta la "creatividad" del espíritu . Al expresar su temor frente a la "asustadora falta de madurez" y a la "bárbara falta de conciencia" del hombre contemporáneo , y al referirse al chiaroscuro de la vida, advertía con lucidez que "en este mundo el bien y el mal se equilibran más o menos", y es esta la razón por la cual "la victoria del bien es siempre un especial acto de gracia" .

(...)

21. Siendo así, es difícil eludir la perturbadora indagación: si todos llegamos a este mundo, y de él partimos, con igual fragilidad, de que da testimonio la mortalidad, propia de la condición humana, ¿por qué nos victimamos unos a los otros durante el tan breve caminar de nuestras vidas? **Un mundo que abandona sus niños en las calles no tiene futuro; ya no posibilita crear y desarrollar un proyecto de vida.** (...)

Desta forma, mais uma vez, o dano existencial não foi reparado de forma específica, mas sim inserido no rol dos danos morais arbitrados, revertidos em pecúnia. É óbvio, contudo, que tal como sustentado por Cançado Trindade, esta reparação não pode ser vista como plena.

28. **Hay, a mi juicio, que enfocar toda la temática de las reparaciones de violaciones de los derechos humanos a partir de la integralidad de la personalidad de las víctimas, desestimando cualquier intento de mercantilización - y consecuente trivialización - de dichas reparaciones. No se trata de negar importancia de las indemnizaciones, sino más bien de advertir para los riesgos de reducir la amplia gama de las reparaciones a simples indemnizaciones.** No es mera casualidad que la doctrina jurídica contemporánea viene intentando divisar distintas formas de reparación - inter alia, restitutio in integrum, satisfacción, indemnizaciones, garantías de no-repetición de los hechos lesivos - desde las perspectiva de las víctimas, de modo a atender sus necesidades y reivindicaciones, y buscar su plena rehabilitación.

(...)

33. En el presente caso de los "Niños de la Calle", **las cinco víctimas directas, antes de ser privadas cruel y arbitrariamente de sus vidas, ya se encontraban privadas de crear y desarrollar un proyecto de vida (y de buscar un sentido para su existencia). Encontrábanse en las calles en situación de alto riesgo, vulnerabilidad e indefensión, en medio a la humillación de la miseria y a un estado de padecimiento equivalente a una muerte espiritual,** - al igual que millones de otros niños (en contingentes crecientes) en toda América Latina y en todas partes del mundo "globalizado" - más precisamente, deshumanizado - de este inicio del siglo XXI. Que la presente Sentencia de reparaciones sirva, pues, también de aliento a todos los que, en nuestros países de América Latina, han experimentado el dolor de perder un ser querido en circunstancias similares de padecimiento y humillación, agravadas por la impunidad y la indiferencia del medio social.

(...)

37. **El día en que la labor de determinar las reparaciones debidas a las víctimas de violaciones de derechos humanos fundamentales se reduciese exclusivamente a una simple fijación de compensaciones en la forma de indemnizaciones, ya no se necesitaría del conocimiento pacientemente adquirido, asimilado y sedimentado a lo largo de años de lecturas, estudios y reflexión: para eso bastaría una máquina calculadora.** El día en que esto ocurriese, - que espero nunca llegue, - la propia labor de un tribunal internacional de derechos humanos estaría irremediamente desprovista de todo sentido. El artículo 63(1) de la Convención Americana, por el contrario, posibilita, y requiere, que se amplíen, y no se reduzcan, las reparaciones, en su multiplicidad de formas. **La fijación de las reparaciones debe basarse en la consideración de la víctima como ser humano integral, y no en la perspectiva degradada del homo oeconomicus de nuestros días.**

(...)

41. **Mi conclusión es en el sentido de que, en circunstancias como las del presente caso de los Niños de la Calle, no hay, stricto sensu, reparación verdadera o plena posible, en el sentido literal del término (del latín reparatio, derivado de reparare, "preparar o disponer de nuevo"), lo que revela los límites del Derecho** (a ejemplo de los límites de otras ramas del conocimiento humano). (...)

42. (...) Jurídicamente, sobre todo en circunstancias como las del presente caso de los Niños de la Calle, las reparaciones - de las consecuencias de la medida o situación lesiva de los derechos humanos protegidos (en los términos del artículo 63(1) de la Convención Americana), - **en lugar de verdaderamente reparar, más bien alivian el sufrimiento humano de los familiares sobrevivientes, buscando rehabilitarlos para la vida, - y por eso tórnense absolutamente necesarias.**

43. Es éste, en mi entender, el verdadero sentido, con las inevitables limitaciones de su real alcance, de que se reviste el concepto jurídico de reparaciones, en el marco del Derecho Internacional de los Derechos Humanos. El mal cometido, como ya señalé, no desaparece: es tan sólo combatido, y mitigado. Las reparaciones otorgadas tornan la vida de los familiares sobrevivientes quizás soportable, por el hecho de que, en el caso concreto, el silencio y la indiferencia y el olvido no han logrado sobreponerse a las atrocidades, y de que el mal perpetrado no ha prevalecido sobre la perenne búsqueda de la justicia (propia del espíritu). En otras palabras, las reparaciones otorgadas significan que, en el caso concreto, la conciencia humana ha prevalecido sobre el impulso de destrucción. En este sentido, las reparaciones, aunque no plenas, se revisten de innegable importancia en la labor de la salvaguardia de los derechos inherentes al ser humano." (sem ênfase no original)

No terceiro caso, Cantoral Benavides Vs. Peru²⁷, o Sr. Luis Alberto Cantoral Benavides foi preso e torturado quando tinha 20 anos e realizava seus estudos universitários e estava envolvido em trabalhos acadêmicos que lhe proporcionavam renda ocasional.

Em tal caso, a Corte, reconhecendo que a prisão indevida ocasionou uma grave alteração do curso normal do Sr. Cantoral Benavides, por ter impedido o desenvolvimento de sua vocação, aspirações e potencialidades, em especial no que diz respeito à sua formação profissional, o que, sem dúvida, causou danos ao seu projeto de vida.

Visando reparar tais danos, a Corte determinou que o Estado Peruano fornecesse uma bolsa de estudos superiores - a fim de custear a formação profissional a ser escolhida pelo Sr. Cantoral Benavides, bem como sua subsistência durante o período de estudos – em universidade de reconhecida qualidade acadêmica nos Estados Unidos, para onde ele mudou após recuperar sua liberdade.

Viu-se aqui uma evolução notável da jurisprudência da Corte Interamericana, na medida em que se impôs ao Estado a realização de obrigação de fazer efetivamente capaz de reparar, com alguma medida concreta, e não apenas em pecúnia, o dano ao projeto de vida da vítima.

Tal reparação concreta é essencial, na medida em que os danos causados ao projeto de vida ultrapassam muito a esfera patrimonial das vítimas, causando-lhes, muitas vezes, danos psíquicos e ainda nas esferas profissional e familiar, os quais o dinheiro é incapaz de reparar.

Nesse sentido reconheceu o Juiz Cançado Trindade em seu voto que as medidas impostas pela Corte são muito mais relevantes do que qualquer soma adicional em dinheiro que pudesse ser arbitrada, posicionamento com o qual concordamos plenamente:

“10. Na presente Sentença, a Corte Interamericana estendeu a proteção do Direito da vítima no presente caso, ao estabelecer, *inter alia*, o dever estatal de proporcionar-lhe os meios para realizar e concluir seus estudos universitários em um centro de reconhecida qualidade acadêmica. É esta, em meu entender, uma forma de reparar o dano ao seu projeto de vida, que a conduzirá à reabilitação da vítima. **A ênfase dada pela Corte à sua formação, à sua educação, situa esta forma de reparação** (do latim *reparatio*, derivado de *reparare*, "preparar ou dispor de novo") **em perspectiva adequada, desde o prisma da integralidade da personalidade da vítima, tendo presente sua realização como ser humano e a reconstrução de seu projeto de vida.**

(...)

12. A preocupação com a supremacia de valores superiores deve, a meu ver, **prevaler sobre o mero pedido de indenizações, inclusive para atender às necessidades pessoais – além das materiais - de uma vítima de violações de direitos humanos.** Assim, garantir a educação superior de um jovem vitimado

²⁷ Sentença de custas e reparação proferida em 3.12.2001.

parece-me muito mais importante que conceder-lhe uma soma adicional em dinheiro, a título de indenização. A **reparação do dano ao projeto de vida não se reduz a uma indenização mais: se concretiza, no caso em espécie, pela garantia das condições estendidas à vítima para sua formação como ser humano e sua educação de nível superior.**

13. À satisfação, se soma, assim, esta forma de reparação que conduz à reabilitação da vítima. A presente Sentença reveste-se, para mim, de um valor simbólico que a torna a meu ver emblemática: em uma época na qual, como é notório, os Estados da região adotam políticas públicas que se descuidam da educação, em grave prejuízo - a médio e longo prazo - de todo meio social (e particularmente das novas gerações), **a Corte Interamericana afirma o valor superior da garantia da educação como forma de reparação do dano ao projeto de vida de uma vítima de violação dos direitos humanos protegidos pela Convenção Americana.**"²⁸ (tradução livre)

No quarto caso, Tibi Vs. Equador²⁹, Daniel Tibi, um comerciante francês de pedras preciosas também foi vítima de prisão ilegal e tortura perpetrada por agentes do Estado equatoriano, o que provocou a ruptura da sua personalidade e de seus laços familiares, na medida em que foi obrigado a afastar-se de sua esposa, filhos, amigos e de seu emprego.

Assim, o Sr. Tibi foi impedido de desenvolver seu projeto de vida, sendo-lhe retirada a chance de alcançar os planos concretos que tinha para seu futuro, no âmbito pessoal, profissional e familiar, já que, tendo ficado preso injustamente por mais de dois anos, o curso normal de sua vida foi, sem dúvida, alterado.

A Corte entendeu que o Sr. Tibi possuía diversos projetos e que já havia iniciado sua concretização, concluindo ainda que, à época em que foi preso, todas as circunstâncias

²⁸ Voto do Juiz Cançado Trindade na Sentença de custas e reparação:

"10. En la presente Sentencia, la Corte Interamericana extendió la protección del Derecho a la víctima en el presente caso, al establecer, inter alia, el deber estatal de proporcionarle los medios para realizar y concluir sus estudios universitarios en un centro de reconocida calidad académica. Es esta, en mi entender, una forma de reparar el daño a su proyecto de vida, conducente a la rehabilitación de la víctima. **El énfasis dado por la Corte a su formación, a su educación, sitúa esta forma de reparación** (del latín reparatio, derivado de reparare, "preparar o disponer de nuevo") **en perspectiva adecuada, desde el prisma de la integralidad de la personalidad de la víctima, teniendo presente su realización como ser humano y la reconstrucción de su proyecto de vida.**

(...)

12. La preocupación por la preeminencia de valores superiores debe, a mi juicio, **primar sobre el mero reclamo de indemnizaciones, inclusive para atender a las necesidades personales - otras que las materiales - de una víctima de violaciones de derechos humanos.** Así, asegurar la educación superior de un joven victimado paréceme mucho más importante que concederle una suma adicional en dinero, a título de indemnización. **La reparación del daño al proyecto de vida no se reduce a una indemnización más: se efectúa, en el caso d'espèce, por la garantía de las condiciones extendidas a la víctima para su formación como ser humano y su educación de nivel superior.**

13. A la satisfacción, se suma, así, esta forma de reparación conducente a la rehabilitación de la víctima. La presente Sentencia reviste, para mí, de un valor simbólico que la torna a mis ojos emblemática: en una época en que, como hecho notorio, los Estados de la región adoptan políticas públicas que se descuidan de la educación, en grave perjuicio - a mediano y largo plazos - de todo el medio social (y particularmente de las nuevas generaciones), **la Corte Interamericana afirma el valor superior de la garantía de la educación como forma de reparación del daño al proyecto de vida de una víctima de violación de los derechos humanos protegidos por la Convención Americana.**" (sem ênfase no original)

²⁹ Julgado em 7 de setembro de 2004.

pareciam propícias ao desenvolvimento de tais projetos. Contudo, apesar de levar isto em conta para estabelecer as reparações devidas ao Sr. Tibi, a Corte voltou a afirmar que nenhuma reparação seria capaz de devolver a ele seus projetos de vida, e que, não obstante a reparação efetiva dos danos causados fosse desejável, ela não seria factível, tendo sido as reparações revertidas novamente em pecúnia.

Em um quinto caso, denominado *la Comunidad Moiwana Vs. Suriname*³⁰, no qual se relatou um massacre em uma comunidade indígena, em que os restos mortais das pessoas afetadas não seguiram os ritos fúnebres e as cerimônias da aldeia e para os quais sequer foi dada sepultura digna, o Juiz Cançado Trindade, em seu voto, chegou a defender a existência a um direito de projeto de pós vida, levando em conta a relação que os integrantes da Comunidade Moiwana tinham com seus mortos.

Segundo Cançado Trindade, o desrespeito a tal direito configuraria não só dano existencial, mas também dano espiritual, caracterizado como uma forma agravada de dano moral, com repercussão direta na parte mais íntima do ser humano, na medida em que afeta suas convicções, suas crenças no destino da humanidade e suas relações com os mortos.

O dano espiritual, tal qual o dano existencial, não seria suscetível de indenização meramente pecuniária, necessitando de outro tipo de reparação, consistente em obrigações de fazer. Diante disso, a Corte Interamericana determinou que o Estado do Suriname deveria (i) investigar os atos denunciados; (ii) identificar, julgar e punir os responsáveis; (iii) recuperar os restos mortais dos membros da comunidade que faleceram durante o massacre e entregá-los aos membros sobreviventes da comunidade; (iv) garantir a segurança dos membros da comunidade que decidissem voltar à aldeia; (v) implementar um fundo de desenvolvimento comunitário; (vi) construir um monumento à memória e honra das vítimas; e (vi) se desculpar publicamente.

Desta forma, neste caso as reparações impostas pela Corte também visaram recompor de forma abrangente os danos causados, aos quais, além do caráter existencial, foi atribuído caráter espiritual.

No sexto e último caso que abordaremos neste trabalho, qual seja *Gutierrez Soler Vs. Colômbia*³¹, o Sr. Wilson Gutierrez Soler foi preso e torturado por um agente e um ex-agente do governo Colombiano, com a aquiescência de outros servidores públicos.

³⁰ Sentença de exceções preliminares e mérito proferida em 15/06/2005.

³¹ Sentença proferida em 12/09/2005

Em tal caso, a corte novamente reconheceu que o sofrimento psíquico e os prejuízos causados a valores significativos para as pessoas, e as alterações de caráter não pecuniário na vida das vítimas devem ser reparados, na qualidade de danos imateriais. Não sendo possível determinar com precisão um valor monetário que possa reparar tais danos, haveria alguns tipos de compensação possíveis como reparação parcial: (i) o pagamento de uma quantia em dinheiro; (ii) entrega de bens ou serviços; ou (iii) a realização de atos ou obras de alcance ou repercussão públicos, que tenham como efeito, entre outros, o reconhecimento da dignidade da vítima e evitar a repetição das violações de direitos humanos.

Destacou-se ainda que, embora a jurisprudência internacional tenha entendido, por diversas vezes que a própria sentença já constitui uma forma de reparação de danos imateriais, o caso demandava o pagamento de valores devidos título de danos imateriais em razão do sofrimento que os atos perpetrados causaram às vítimas e ainda por conta das alterações em suas condições de existência.

Com relação especificamente aos danos ao projeto de vida, a Corte mais uma vez reconheceu a existência de danos irreparáveis ao seu projeto de vida, na medida em que foi obrigado a abandonar sua família e mudar-se para o exterior, onde viveu de forma solitária, com dificuldades financeiras e abalado física e psicologicamente, concluindo que este tipo de dano tem uma natureza complexa, e exige, para sua reparação, medidas satisfativas e garantias de não repetição que vão muito além da esfera econômica.

Nesse sentido, a Corte arbitrou, como reparação do dano causado ao projeto de vida da vítima, que o governo colombiano (i) arcasse com os gastos relativos a tratamentos médicos e psicológicos do Sr. Gutierrez Soler e de seu filho, estimados em US\$ 25.000,00; (ii) publicasse trechos da sentença em jornais de grande circulação; (iii) incluísse o caso nos cursos de formação e aprimoramento do agentes estatais, para que condutas semelhantes não fossem praticadas contra outras pessoas; e (iv) difundisse e implementasse os parâmetros estabelecidos no Protocolo de Istambul (Manual para investigação e documentação eficazes de tortura ou outros tratamentos ou penas cruéis , desumanos ou degradantes).

Contudo, é certo que tais medidas ainda são desproporcionais aos severos prejuízos causados ao projeto de vida das vítimas de danos existenciais. Tanto assim que, em seu voto, Cançado Trindade reflete acerca da importância de proteger-se o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida, ressaltando que a Corte deveria ter dado um passo a diante no sentido de determinar efetiva reparação à violação do direito ao projeto de vida:

“3. Todos vivemos no tempo, que termina por nos consumir. **Precisamente por vivermos no tempo, cada um busca alcançar seu projeto de vida. O vocábulo "projeto" traz consigo uma dimensão temporal. O conceito de projeto de vida tem, assim, um valor essencialmente existencial, atendo-se à ideia de realização pessoal integral.** Ou seja, no marco da transitoriedade da vida, a cada um cabe fazer as opções que lhe parecem acertadas, no exercício de plena liberdade pessoal, para alcançar a realização de seus ideais. **A busca da realização do projeto de vida revela, pois, um alto valor existencial, capaz de dar sentido à vida de cada um.**

4. É por isso que a brusca ruptura desta busca, por fatores externos causados pelo Homem (como a violência, a injustiça, a discriminação), que alteram e destroem de forma injusta e arbitrária o projeto de vida de uma pessoa, reveste-se de particular gravidade, - **e o Direito não pode ficar indiferente a isto.** A vida - ao menos a que conhecemos - é uma só, e tem um limite temporal, **e a destruição do projeto de vida acarreta um dano quase sempre verdadeiramente irreparável, ou, vez por outra, de difícil reparação.**

5. É o marco do amplo dever geral dos Estados Partes na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, consagrado em seu artigo 1(1), de respeitar e garantir o respeito dos direitos nela consagrados, **cabe ao poder público assegurar a todas as pessoas sob a jurisdição de tais Estados a plena vigência dos direitos protegidos, essencial para a realização do projeto de vida de cada um.** Em caso de dano a este último, sendo possível a reparação, esta se aproximaria de sua modalidade *par excellence*, a *restitutio in integrum*. Na grande maioria dos casos, contudo, esta se mostra impossível (como, entre outros, nos casos de vítimas de tortura, que sofrem sequelas por toda a vida).

6. No presente caso Gutiérrez Soler versus Colômbia, a própria vítima manifestou perante a Corte, tal como demonstrado na presente Sentença, que a tortura que lhe foi infligida afetou gravemente seu valor como ser humano, sua autoestima, sua capacidade de relacionar-se afetivamente, seu desenvolvimento pessoal, seu vínculo familiar (par. 88). **A Corte assim reconheceu, e, como em casos anteriores, evitou quantificá-lo em termos pecuniários** (já compreendida pela determinação dos danos materiais e imateriais), preservando assim sua modalidade de reparação vinculada à satisfação devida à vítima.

7. A Corte, ao ordenar ao Estado demandado, no presente caso, *inter alia*, a publicação das partes relevantes da presente Sentença, ponderou que o fazia como uma "medida de satisfação adicional" a fim de "reparar o dano substancial ao projeto de vida e honra do Sr. Wilson Gutiérrez Soler e de seus familiares", assim como a fim de evitar a repetição de atos (de tortura e maus tratos) como os do presente caso (par. 105). Dentro deste entendimento, com o qual estou basicamente de acordo para preservar a especificidade do dano ao projeto de vida (que coexiste com o dano moral), **podia e devia a Corte, apesar disso, ter avançado novamente com relação à jurisprudência do conceito de direito ao projeto de vida.**³² (tradução livre)

³² Voto do Juiz Cançado Trindade no caso Gutierrez Soler Vs. Colômbia:

“3. Todos vivimos en el tiempo, que termina por consumirnos. **Precisamente por vivirmos en el tiempo, cada uno busca divisar su proyecto de vida. El vocablo "proyecto" encierra en sí toda una dimensión temporal. El concepto de proyecto de vida tiene, así, un valor esencialmente existencial, ateniéndose a la idea de realización personal integral.** Es decir, en el marco de la transitoriedad de la vida, a cada uno cabe proceder a las opciones que le parecen acertadas, en el ejercicio de plena libertad personal, para alcanzar la realización de sus ideales. **La búsqueda de la realización del proyecto de vida desvenda, pues, un alto valor existencial, capaz de dar sentido a la vida de cada uno.**

4. Es por eso que la brusca ruptura de esta búsqueda, por factores ajenos causados por el hombre (como la violencia, la injusticia, la discriminación), que alteran y destruyen de forma injusta y arbitraria el proyecto de vida de una persona, revístese de particular gravedad, - **y el Derecho no puede quedarse indiferente a esto.** La vida - al menos la que conocemos - es una sola, y tiene un límite temporal, **y la destrucción del proyecto de vida acarrea un daño casi siempre verdaderamente irreparable, o una u otra vez difícilmente reparable.**

5. En el marco del amplio deber general de los Estados Partes en la Convención Americana sobre Derechos Humanos, consagrado en su artículo 1(1), de respetar y asegurar el respeto de los derechos en ella consagrados, **cabe al poder público asegurar a todas las personas bajo la jurisdicción de dichos Estados la plena vigencia de los derechos protegidos, esencial para la realización del proyecto de vida de cada uno.** En caso

Vê-se, portanto, que as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos deram valorosas contribuições para a formação do conceito de projeto de vida e para o reconhecimento dos danos a ele causados.

Não obstante isso, ainda é necessário aprofundar o estudo da matéria a fim de garantir que a reparação de tais danos seja efetiva, já que, mesmo nos poucos casos em que foram arbitradas, aos Estados violadores, obrigações de fazer com o intuito de reparar os danos existenciais de modo concreto, verificou-se que tal reparação não se deu de forma plena.

De qualquer forma, as inovações promovidas em tais casos foram fundamentais para trazer o tema à tona e possibilitar o debate a seu respeito por organismos internacionais, juristas e acadêmicos, o que é fundamental para que se alcance medidas cada vez mais amplas de reparação de danos causados ao projeto de vida.

de daño a este último, de ser posible la reparación, ésta se aproximaría de su modalidad par excellence, la restitutio in integrum. En la gran mayoría de los casos, sin embargo, ésta se muestra imposible (como, entre otros, en los casos de víctimas de la tortura, que sufren secuelas por toda la vida).

6. En el presente caso Gutiérrez Soler versus Colombia, la propia víctima manifestó ante la Corte, tal como se ha señalado en la presente Sentencia, que la tortura que le fue infligida afectó gravemente su valor como ser humano, su autoestima, su capacidad de relacionarse afectivamente, su desarrollo personal, su vínculo familiar (párr. 88). **La Corte así lo reconoció, y, como en casos anteriores, evitó cuantificarlo en términos pecuniarios** (ya emprendida por la determinación de los daños materiales e inmateriales), preservando así su modalidad de reparación vinculada a la satisfacción debida a la víctima.

7. La Corte, al ordenar al Estado demandado, en el presente caso, inter alia, la publicación de las partes relevantes de la presente Sentencia, ponderó que así lo hacía como una "medida de satisfacción adicional" a fin de "reparar el daño sustancial al proyecto de vida y honra del Sr. Wilson Gutiérrez Soler y de sus familiares", así como a fin de evitar la repetición de hechos (de tortura y malos tratos) como los del presente caso (párr. 105). Dentro de este entendimiento, con el cual estoy básicamente de acuerdo para preservar la especificidad del daño al proyecto de vida (que coexiste con el daño moral), **podía y debía la Corte, sin embargo, haber procedido a un nuevo avance jurisprudencial del concepto de derecho al proyecto de vida.**" (sem ênfase no original)

CAPÍTULO 4 – DANO AO PROJETO DE VIDA

4.1. CONCEITO DE DANO EXISTENCIAL

De acordo com as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos estudadas no capítulo anterior, o dano ao projeto de vida ou dano existencial pode ser visto como espécie de dano moral, que advém do sofrimento e da dor imputada a alguém, acarretando um sentimento de profunda prostração do ânimo, angústia, desgosto e aflição, em decorrência de um ato ilícito.

O dano existencial pode afetar setores distintos da vida do indivíduo, tais como as atividades biológicas, relações afetivo-familiares, relações sociais, atividades culturais e religiosas e atividades recreativas e não deixa de ser um dano à personalidade.

O que o diferencia dos demais, contudo, é seu caráter continuado, na medida em que deixa sequelas que acompanham o sujeito por toda a sua vida, comprometendo, de modo muito peculiar, o que há de mais valioso em sua existência, motivo pelo qual mera indenização pecuniária, em geral, não se mostra suficiente para repará-lo com eficácia.

O embasamento legal do dano ao projeto de vida, tal como exposto no primeiro capítulo, está na própria Constituição Federal brasileira, que, em seu artigo 1º, inciso III, consagrou a dignidade da pessoa humana como um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, assegurando o respeito absoluto aos indivíduos, tanto pelo Estado como por particulares, propiciando-lhes uma existência digna.

A reparação desta espécie de dano é devida com fulcro no que dispõe o artigo 12 do Código Civil, no sentido de que “pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei” cominado com os artigos 186 e 927 do mesmo diploma legal, que determinam que os danos causados a outrem em decorrência de atos ilícitos devem ser reparados.

Ao ver frustrado o seu projeto de vida, em razão de condições totalmente alheias a sua vontade, decorrentes de ilegalidades praticadas por outrem ou pelo próprio Estado, o sujeito experimenta um vazio existencial, na medida em que sua vida deixa de fazer sentido. Em geral, com o dano ao projeto de vida, o sujeito se vê impedido de traçar novas metas ou objetivos viáveis, perdendo até mesmo a referência de seus ideais.

Assim, o dano ao projeto de vida implica em grave limitação ao exercício da liberdade que deve ser assegurada a todo ser humano, causando-lhe, por óbvio, dor,

sofrimento e frustração, na medida em que não lhe é permitido levar a vida de acordo com as diretrizes que tem razão para valorizar.

Alguns casos que podem configurar danos existenciais foram descritos na doutrina³³, que cita, por exemplo, o caso hipotético de um pianista profissional, que se dedica inteiramente à arte e perde parte dos dedos de ambas as mãos em razão de um acidente de carro.

Deste fato resultam deveres de indenizar por danos patrimoniais, tais como (i) lucros cessantes; e (ii) despesas com internação, e também por danos não patrimoniais, tal qual o dano moral pelo sofrimento de não mais poder executar sua arte e sua profissão.

Além destes danos, contudo, devem ser analisados os impactos físicos e psicológicos que o acidente exerceu sobre o pianista, já que o dano causado a sua saúde tende a comprometer de forma severa o seu bem-estar.

Destaque-se, porém, que, acima de tudo, o acidente prejudicou o sentido de sua vida, frustrando seu projeto de vida que consistia em ser pianista, sendo esta a razão da sua vida, ao ponto de ser reconhecido pelas pessoas em locais públicos como “o pianista”.

De fato, por situação muito parecida com esta passou o pianista brasileiro João Carlos Martins, que se viu obrigado a interromper sua carreira de pianista por conta de uma lesão causada em seu sistema nervoso central em decorrência de uma agressão sofrida durante um assalto.

Felizmente, após revelar-se também um grande maestro, o pianista pode voltar a tocar há alguns meses, após a realização de uma cirurgia inovadora e complexa de grande sucesso, que lhe permitiu aliviar as dores insuportáveis que sentia nas mãos até mesmo para realizar tarefas cotidianas, tais quais fazer a barba ou escovar os dentes, e devolveu-lhe grande parte dos movimentos dos dedos há tempos atrofiados.

Ainda com relação aos exemplos citados pela doutrina, menciona-se que o equivalente seria a perda das pernas a um esportista, a desfiguração do rosto de uma modelo ou artista e a perda das mãos de um cirurgião, situações nas quais os danos causados não se limitam à dor psíquica, física ou danos patrimoniais, revestindo-se de significado mais profundo, na medida em que anula o projeto de futuro dos sujeitos acometidos.

Outros autores citam os exemplos (i) da mulher que deseja ter um filho e aborta em razão da imperícia de um médico que lhe receita um medicamento contraindicado para

³³ SESSAREGO. Carlos Fernández. El daño al proyecto de vida. Publicado na revista “Derecho PUC” n.50, da Pontifícia Universidade Católica do Peru. Lima, 1996.

gestantes; (ii) do aposentado cuja diversão é caminhar com os amigos e que sofre danos irreparáveis nos membros inferiores em decorrência de um atropelamento; (iii) da pessoa que ao submeter-se a exames de sangue é contaminada por doenças incuráveis em razão da contaminação da agulha utilizada; (iv) da criança não reconhecida pelo pai materialmente e afetivamente; (v) e da submissão ao trabalho escravo.³⁴

Ademais, a família dos indivíduos diretamente afetados pelos atos ilícitos também pode estar sujeita a danos existenciais, o que, como se demonstrou, já foi reconhecido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

É claro que a intensidade do dano depende do indivíduo afetado, que pode ou não encontrar outra razão para continuar vivendo. É por isso que um mesmo fato pode a uns causar a perda do sentido da vida, com um conseqüente colapso existencial do indivíduo e, para outros, resultar apenas em danos morais e patrimoniais, desde que este que seja capaz de encontrar uma nova razão para continuar vivendo, como fez o pianista João Carlos Martins.

Importante salientar ainda que os danos efetivamente sofridos em razão de um determinado fato decorrem do projeto de vida sustentado pelo sujeito com maior ou menor intensidade. Nesse sentido, para alguns, tudo que afeta o plano profissional pode ser determinante, enquanto para outros os danos existenciais decorreriam eminentemente de ofensas ao plano pessoal.

Ademais, para estimar os danos causados ao projeto de vida, é necessário verificar as possibilidades de sua substituição, na medida em que a intensidade dos danos causados será inversamente proporcional à possibilidade de substituição do projeto de vida lesado.

É necessário ainda que se analise, para definir a gravidade dos danos fatores como a idade da vítima, as possibilidades e oportunidades disponíveis, suas características pessoais e o estado de desenvolvimento do projeto de vida afetado.

Tudo isso dificulta sobremaneira o trabalho do julgador, que deve determinar a magnitude dos danos existenciais causados à pessoa em cada caso concreto. Apesar disso, não pode o juiz eximir-se de sua função em razão da dificuldade imposta.

Da mesma forma, já se viu que há inúmeras dificuldades na determinação de reparação efetiva dos danos causados ao projeto de vida, devendo este desafio ser enfrentado pelos julgadores, já que esta é a única forma de superar a questão e aproximar as reparações arbitradas em decisões judiciais do *restitutio in integrum*.

³⁴ ALMEIDA NETO. Amaro Alves de. Dano existencial – A tutela da dignidade da pessoa humana. Disponível em www.mp.sp.gov.br/portal/page/.../DANO%20EXISTENCIAL.doc. Acesso em 6.3.2013.

Como já exposto ao longo do trabalho, até o momento, apenas a Corte Interamericana de Direitos Humanos foi capaz de impor, em parte dos casos que analisou, medidas consistentes em obrigações de fazer, com o intuito de reparar os danos existenciais da forma mais completa possível.

4.2. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE O TEMA

O mais próximo que o Supremo Tribunal Federal já chegou de reconhecer o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida foi quando, ao julgar a possibilidade de reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, o Ministro Marco Aurélio, inspirado pelas decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, já detidamente estudadas no capítulo anterior, proferiu seu voto nos seguintes termos³⁵:

“O princípio da dignidade da pessoa humana ostenta a qualidade de fundamento maior da República. É também mencionado no artigo 226, § 7º, onde figura como princípio inerente ao planejamento familiar, e nos artigos 227 e 230, quando da referência ao dever da família, da comunidade e do Estado de assegurarem, respectivamente, a dignidade da criança e do idoso. As opiniões doutrinárias asseveram tratar-se do “valor dos valores” do “ponto de Arquimedes no Estado constitucional” (Ingo Wolfgang Sarlet, “*Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais*”, 2002, p. 81), de modo que a importância enquanto fonte autônoma de obrigações e direitos não pode ser negligenciada.

A unidade de sentido do sistema de direitos fundamentais encontra-se no princípio da dignidade humana, porque aqueles existem exatamente em função da necessidade de garantir a dignidade do ser humano. A dificuldade de extrair o exato significado da expressão “dignidade humana” conduz à conclusão de que os órgãos investidos de legitimidade democrático-eleitoral devem ter papel destacado neste mister, mas não impede o reconhecimento de uma “zona de certeza positiva” no tocante aos elementos essenciais do conceito.

A proibição de instrumentalização do ser humano compõe o núcleo do princípio, como bem enfatizado pelo requerente. Ninguém pode ser funcionalizado, instrumentalizado com o objetivo de viabilizar o projeto de sociedade alheio, ainda mais quando fundado em visão coletiva preconceituosa ou em leitura de textos religiosos. A funcionalização é uma característica típica das sociedades totalitárias, nas quais o indivíduo serve à coletividade e ao estado, e não o contrário. As concepções organicistas das relações entre indivíduos e sociedade, embora ainda possam ser encontradas aqui e acolá, são francamente incompatíveis com a consagração da dignidade da pessoa humana.

Incumbe a cada indivíduo formular as escolhas de vida que levarão ao desenvolvimento pleno da personalidade. A Corte Interamericana de Direitos Humanos há muito reconhece a proteção jurídica conferida ao projeto de vida (v. Loyaza Tamayo *versus* Peru, Cantoral Benavides *versus* Peru), que indubitavelmente faz parte do conteúdo existencial da dignidade da pessoa humana. Sobre esse ponto, consignou Antônio Augusto Cançado Trindade no caso Gutierrez Soler *versus* Colômbia, julgado em 12 de setembro de 2005:

³⁵ ADI 4277/DF. <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>. Acesso em 17.6.2012.

“Todos vivemos no tempo, que termina por nos consumir. Precisamente por vivermos no tempo, cada um busca divisar seu projeto de vida. O vocábulo “projeto” encerra em si toda uma dimensão temporal. O projeto de vida tem, assim, um valor essencialmente existencial, atendendo-se à ideia de realização pessoal integral. É dizer, no marco da transitoriedade da vida, a cada um cabe proceder às opções que lhe pareçam acertadas, no exercício de plena liberdade pessoal, para alcançar a realização de seus ideais. A busca da realização do projeto de vida desvenda, pois, um alto valor existencial, capaz de dar sentido à vida de cada um’ (tradução livre)

O Estado existe para auxiliar os indivíduos na realização dos respectivos projetos pessoais de vida, que traduzem o livre e pleno desenvolvimento da personalidade. O Supremo já assentou, numerosas vezes, a cobertura que a dignidade oferece às prestações de cunho material, reconhecendo obrigações públicas em matéria de medicamento e creche, mas não pode olvidar a dimensão existencial do princípio da dignidade da pessoa humana, pois uma vida digna não se resume à integridade física e suficiência financeira. **A dignidade da vida requer a possibilidade de concretização de metas e projetos. Daí se falar em dano existencial quando o Estado maniet a cidadão nesse aspecto. Vale dizer: ao Estado é vedado obstar que os indivíduos busquem a própria felicidade, a não ser caso de violação ao direito de outrem, o que não ocorre na espécie.**

Certamente, o projeto de vida daqueles que têm atração pelo mesmo sexo resultaria prejudicado com a impossibilidade absoluta de formar família. Exigir-lhes a mudança na orientação sexual para que estejam aptos a alcançar tal situação jurídica demonstra menosprezo à dignidade. Esbarra ainda no óbice constitucional ao preconceito em razão da orientação sexual.”

Como visto, a cada indivíduo cabe fazer as escolhas que o levarão ao pleno desenvolvimento de sua personalidade, e ao Estado cabe fornecer os instrumentos necessários à concretização dos projetos individuais de cada um. Como bem disse o Ministro, é vedado ao Estado impedir que os indivíduos busquem a própria felicidade, a menos que com isso haja violação ao direito de outrem.

O direito ao desenvolvimento de um projeto de vida seria, inegavelmente, o viés existencial do princípio da dignidade da pessoa humana. Embora os Tribunais pátrios reconheçam com frequência a importância da vertente material de tal princípio, consubstanciada, por exemplo no fornecimento de medicamento pelo Estado e disponibilização de vagas em creches e escolas particulares em casos nos quais os mantidos pelo governo não sejam suficientes, o direito ao desenvolvimento do projeto de vida tem sido tratado de forma muito incipiente, como se verá também no próximo item.

4.3. RECONHECIMENTO DE DANO EXISTENCIAL PELOS DEMAIS TRIBUNAIS PÁTRIOS

Já é possível encontrar, na jurisprudência dos tribunais pátrios, algumas decisões que reconhecem a ocorrência de dano existencial e determinam sua reparação.

O Tribunal Superior do Trabalho e os Tribunais Regionais do Trabalho, por exemplo, tem decidido pela configuração do dano existencial nas hipóteses de acidente de trabalho, excesso de horas extras e delinquência patronal que impeça a concretização do projeto de vida do indivíduo.

Nesse sentido é a recente decisão na RT – 000960-07.2012.5.18.0002, proferida pelo juiz auxiliar da 2ª Vara do Trabalho de Goiânia, que reconheceu a necessidade de reparação de dano existencial por empresa que tentou mascarar vínculo empregatício, através de contrato civil não escrito, terceirizando parte de sua atividade fim.

De fato, o empregado teria trabalhado por 12 anos sem registro na carteira de trabalho, férias, décimo terceiro e repouso semanal remunerado, e depósitos de FGTS. De acordo com o magistrado, “a delinquência patronal, consubstanciada na fraude perpetrada pelo empregador, que frustrou, por mais de 12 anos, direito assegurado pela legislação do trabalho, causou ao reclamante, não apenas danos materiais, mas também danos existenciais, na medida em que frustrou os projetos de vida do trabalhador e a possibilidade de construir projetos”.

A reparação dos danos existenciais foi arbitrada no valor de R\$ 12.000,00. Contudo, conforme já destacado, a reparação meramente pecuniária não é suficiente para reparar danos desta natureza, motivo pelo qual a doutrina e a jurisprudência ainda precisam evoluir na busca de obrigações de fazer que possam recompor, de forma mais completa, os prejuízos causados às vítimas.

No início de 2012 a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul também já havia decidido, nos autos do RO 105-14.2011.5.04.0241, que o Wal-Mart deveria indenizar uma trabalhadora em R\$ 24.700,00 por dano existencial decorrente do fato de, por mais de oito anos, ter sido submetida a jornadas de trabalho com duração entre 12 e 13 horas diárias, com intervalo de apenas 30 minutos e uma folga semanal.

Para os desembargadores, a jornada excessiva causou danos ao convívio familiar, à saúde e aos projetos de vida da trabalhadora. Ressaltou-se que, nas relações de trabalho, o dano existencial ocorre quando o trabalhador sofre prejuízo na sua vida fora do ambiente de trabalho, em razão de condutas ilícitas praticadas pelo empregador.

O próprio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já reconheceu a existência de dano ao projeto de vida de (i) pessoas cujos familiares faleceram em razão de acidentes de

trabalho³⁶ ou acidentes de trânsito³⁷; e (ii) de criança cujo suposto pai recusou-se a fazer o exame de DNA³⁸.

No que tange ao Superior Tribunal de Justiça, embora não tenha se manifestado especificamente com relação ao dano existencial, já reconheceu, por diversas vezes, a existência de figura análoga, consubstanciada na indenização em razão da “perda de uma chance”, ou seja, em razão da prática de ato ilícito que impediu que o indivíduo realizasse algo a que se propôs.

Nesse sentido a decisão da Corte no final de 2012 a respeito de apuração de responsabilidade civil por erro médico, cuja ementa está abaixo transcrita:

“DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. APLICABILIDADE DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL OCACIONADA POR ERRO MÉDICO.

A teoria da perda de uma chance pode ser utilizada como critério para a apuração de responsabilidade civil ocasionada por erro médico na hipótese em que o erro tenha reduzido possibilidades concretas e reais de cura de paciente que venha a falecer em razão da doença tratada de maneira inadequada pelo médico. De início, pode-se argumentar ser impossível a aplicação da teoria da perda de uma chance na seara médica, tendo em vista a suposta ausência denexo causal entre a conduta (o erro do médico) e o dano (lesão gerada pela perda da vida), uma vez que o prejuízo causado pelo óbito da paciente teve como causa direta e imediata a própria doença, e não o erro médico. Assim, alega-se que a referida teoria estaria em confronto claro com a regra insculpida no art. 403 do CC, que veda a indenização de danos indiretamente gerados pela conduta do réu. Deve-se notar, contudo, que **a responsabilidade civil pela perda da chance não atua, nem mesmo na seara médica, no campo da mitigação do nexocausal. A perda da chance, em verdade, consubstancia uma modalidade autônoma de indenização, passível de ser invocada nas hipóteses em que não se puder apurar a responsabilidade direta do agente pelo dano final. Nessas situações, o agente não responde pelo resultado para o qual sua conduta pode ter contribuído, mas apenas pela chance de que ele privou a paciente. A chance em si desde que seja concreta, real, com alto grau de probabilidade de obter um benefício ou de evitar um prejuízo – é considerada um bem autônomo e perfeitamente reparável.** De tal modo, é direto o nexocausal entre a conduta (o erro médico) e o dano (lesão gerada pela perda de bem jurídico autônomo: a chance). Inexistindo, portanto, afronta à regra inserida no art. 403 do CC, **mostra-se aplicável a teoria da perda de uma chance aos casos em que o erro médico tenha reduzido chances concretas e reais que poderiam ter sido postas à disposição da paciente.**”³⁹

Como se depreende da decisão do STJ, os institutos da perda da chance e do dano existencial assemelham-se muito, na medida em que tanto a chance quanto o projeto de vida

³⁶ Apelação n. 992.02.037700-1, julgada em 13.01.2010. 30ª Câmara de Direito Privado. TJ SP. Relator: Desembargador Lino Machado.

³⁷ Apelação n. 992.02.022844-8, julgada em 24.03.2010. 30ª Câmara de Direito Privado. TJ SP. Relator: Desembargador Lino Machado.

³⁸ Apelação n. 994.09.035331-5, julgada em 04.02.2010 e Apelação n. 515.933.4/2, julgada em 21.02.2008. Ambas da 4ª Câmara de Direito Privado. Relator: Desembargador Ênio Santarelli Zuliani.

³⁹ REsp 1.254.141-PR, Rel. Min. Nancy Andriighi, julgado em 4/12/2012.

lesado devem ser concretos, reais e com alto grau de probabilidade de obter um benefício ou de evitar um prejuízo são considerados bens autônomos e perfeitamente reparáveis.

Apesar disso, reiteramos que, a nosso ver, a reparação devida não deve ser estimada exclusivamente em pecúnia, sendo necessário coordenar tal indenização com obrigação de fazer que consiga trazer algum tipo de reparação mais efetiva do dano causado, no sentido do que tem buscado a Corte Interamericana de Direitos Humanos, como já se viu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todo o exposto neste trabalho, verifica-se que deve ser assegurado a todos os seres humanos o direito ao desenvolvimento de um projeto de vida, sendo este o mecanismo que lhes possibilitará levar a vida que têm razão para valorizar.

Tal direito decorre do princípio da dignidade da pessoa humana e se assemelha ao direito à vida digna, por necessitar, para sua concretização, que seja assegurado o exercício de uma série de outros direitos fundamentais, distinguindo-se do direito à vida tanto com relação à autonomia quanto por seu caráter dinâmico, na medida em que se trata de uma projeção para o futuro, e não de um direito estático.

Ademais, a violação ao projeto de vida tanto pelo Estado quanto por particulares caracteriza dano existencial, que deve ser reparado não apenas em termos pecuniários mas também com a imposição de obrigações de fazer, visando reparar de modo mais efetivo o prejuízo causado, devendo os tribunais aprofundarem o estudo do tema, já que na quase totalidade das vezes a reparação do dano existencial é convertida em pecúnia.

Embora a Corte Interamericana de Direitos Humanos tenha sido pioneira em reconhecer a ocorrência de danos existenciais e em determinar que a reparação dos danos causados fosse realizada por meios não pecuniários, ainda persiste a dificuldade de estabelecer qual a melhor forma de reparar danos desta natureza, o que, acreditamos, deve ocorrer por meio de medidas concretas e efetivas, visando, aproximar a indenização do *restitutio in integrum*.

No Brasil, o próprio reconhecimento ao direito a um projeto de vida é incipiente, tendo sido mencionado em (i) um caso do Supremo Tribunal Federal; (ii) alguns casos envolvendo discussões sobre direitos trabalhistas; (iii) julgados esparsos dos tribunais pátrios sobre acidentes de trânsito e reconhecimento de paternidade; e (iv) alguns casos do Superior Tribunal de Justiça que, embora não façam menção ao direito ao projeto de vida, reconhecem danos análogos em razão da aplicação da teoria da perda de uma chance.

Desta forma, conclui-se que a doutrina e a jurisprudência pátrias ainda precisam aprofundar o estudo do direito ao desenvolvimento de um projeto de vida, mas, sobretudo, desenvolver mecanismos que permitam a efetiva reparação dos danos existenciais, por meios outros que não a mera prestação pecuniária, que, como se viu ao longo deste trabalho, não é capaz de reparar os danos existenciais.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA NETO. Amaro Alves de. Dano existencial – A tutela da dignidade da pessoa humana. Disponível em www.mp.sp.gov.br/portal/page/.../DANO%20EXISTENCIAL.doc. Acesso em 6.3.2013.

Anteprojeto da Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância. [Http://scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_07/CP18368P19.doc](http://scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_07/CP18368P19.doc). Acesso em 7.6.2012.

Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000408.pdf>. Acesso em 17.6.2012.

Constituição Federal de 1988. www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 7.6.2012.

Declaração Sobre Direito ao Desenvolvimento. ONU. 1986. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-ao-Desenvolvimento/declaracao-sobre-o-direito-ao-desenvolvimento.html>. Acesso em 22.6.2012.

Declaração dos Direitos Humanos. Disponível em http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm acesso em 2.6.2012.

FACHIN. Melina Giraldi. Direito Fundamental ao Desenvolvimento- Uma Possível Resignação entre a Constituição Brasileira e o Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos. In PIOVESAN, Flávia e SOARES, Inês Virgínia Prado. Direito ao Desenvolvimento. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010. p. 179-198.

PIOVESAN, Flávia e SOARES, Inês Virgínia Prado. Direito ao Desenvolvimento. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SESSAREGO. Carlos Fernández. El daño al proyecto de vida. Publicado na revista “Derecho PUC” n.50, da Pontifícia Universidade Católica do Peru. Lima, 1996.

SILVA, Guilherme Amorim Campos da. Direito ao Desenvolvimento. São Paulo: Editora Método, 2004.

SOARES. Inês Virgínia Prado. Direito ao Desenvolvimento e Justiça de Transição – Conexões e Alguns Dilemas. In PIOVESAN, Flávia e SOARES, Inês Virgínia Prado. Direito ao Desenvolvimento. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010. p. 463-489.

SOUSA. Livia Maria de. O Direito Humano ao Desenvolvimento como Mecanismo de Redução da Pobreza em Região com Excepcional Patrimônio Cultural. In PIOVESAN, Flávia e SOARES, Inês Virgínia Prado. Direito ao Desenvolvimento. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.p. 311-336.